

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Geociências  
Bacharelado em Geografia

Vanessa Christ

**Territórios de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Porto Alegre:**  
uma análise a partir das feiras do produtor

Porto Alegre  
2022

Vanessa Christ

**Territórios de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Porto Alegre:**  
uma análise a partir das feiras do produtor

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Geografia  
do Instituto de Geociências da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Dra. Michele Lindner

Porto Alegre  
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Christ, Vanessa  
Territórios de Segurança Alimentar e Nutricional na  
cidade de Porto Alegre: uma análise a partir das  
feiras do produtor / Vanessa Christ. -- 2022.  
77 f.  
Orientadora: Michele Lindner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto  
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Feiras do  
produtor. 3. Território. 4. Porto Alegre. I. Lindner,  
Michele, orient. II. Título.

Vanessa Christ

**Territórios de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Porto Alegre:**

uma análise a partir das feiras do produtor

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Geografia  
do Instituto de Geociências da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Michele Lindner

**Aprovada em:** Porto Alegre, 18 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Dra. Michele Lindner  
UFRGS

---

Dr. Marcelo Cervo Chelotti  
UFSM

---

Me. Juliano Ferreira de Sá  
CONSEA RS

Aos meus avós.

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos que seguem são também dedicatórias estendidas para familiares e amigos que estiveram presentes durante minha trajetória de graduação.

Agradeço aos meus pais e irmão por todo carinho e trabalho dedicados a mim e pelo incentivo aos estudos e formação no Ensino Superior.

Agradeço aos meus amigos e geógrafos Anderson e Júlia por partilhar grande parte da graduação ao lado de vocês em aulas, em leituras, em cafés nos intervalos, conversas em mesas de bar, em caronas, no almoço do RU, nas saídas de campo e todas as memórias mais que criamos juntos.

Agradeço a Emanuela e Milena pelo afeto construído nos anos de casa compartilhada e pelo cuidado e carinho que nutrimos em nossas amizades.

Agradeço ao Pedro pela cumplicidade, companheirismo, escuta e carinho que compartilhamos e cultivamos dia a dia.

Agradeço a Joice pelo carinho e amizade madura mantida e renovada ao longo dos anos.

Agradeço aos amigos e colegas do Núcleo de Estudos Agrários pelas tardes no laboratório, pelas trocas de ideias, pelos inúmeros momentos em que estivemos reunidos durante a graduação, especialmente ao Felipe e Daniel.

Agradeço a minha orientadora, professora Michele, pela atenção e orientação, enquanto estudante e pesquisadora de Iniciação Científica ao longo da caminhada na graduação e, principalmente, no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a professora Rosa pela orientação, conversas, leituras e momentos de alegria partilhados conjuntamente aos demais integrantes do Núcleo de Estudos Agrários.

Agradeço ao Juliano e a Lisete pelo aceite e acolhida para a realização do Estágio Curricular Obrigatório no CONSEA RS, possibilitando aproximação e aprendizados na atuação junto aos demais membros do Conselho em atividades voltadas ao debate e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Sul.

Uma parte de mim  
almoça e janta  
outra parte  
se espanta

*Traduzir-se*, Ferreira Gullar, 1983

## RESUMO

Em 2018 o Brasil retorna ao Mapa da Fome e com a pandemia do Coronavírus a partir de 2020 o abismo entre aqueles que comem e aqueles que não tem o que comer aumentou drasticamente. Nesse sentido, a fome é o nível mais agudo da Insegurança Alimentar ao passo que a Segurança Alimentar e Nutricional expressa o direito à alimentação adequada e saudável. Para garantir esse direito são fundamentais a manutenção da produção e da oferta de alimentos de qualidade, a renda, o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, o acesso a programas saúde e educação, o respeito a socio biodiversidade e políticas públicas voltadas a SAN. Nessa perspectiva, o Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda a escolha e o consumo de alimentos *in* natura ou minimamente processados compõe uma alimentação nutricionalmente balanceada e culturalmente apropriada e, ao mesmo tempo, promotora de sistemas alimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, as feiras do produtor são identificadas em contextos urbanos com potencial de aproximação da população com a alimentação adequada porque possibilitam oferta e acesso a alimentos *in* natura ou minimamente processados através de redes agroalimentares alternativas, que aproximam produtores e consumidores. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender os territórios de (In)Segurança Alimentar e Nutricional a partir de feiras de produtores na cidade de Porto Alegre. Para tal, desdobram-se os seguintes objetivos específicos a) apropriar a discussão de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional; b) identificar a espacialidade das feiras do produtor; c) verificar quais alimentos são comercializados nas feiras do produtor; d) relacionar a localização das feiras com a renda média e população em nível de bairro; e, e) entender a relação entre as feiras de alimentos com a segurança e insegurança alimentar e nutricional. Entendeu-se que a pesquisa teve caráter misto e para atender aos objetivos propostos delineou-se o seguinte percurso metodológico: a) busca bibliográfica de conceitos fundamentais à pesquisa; b) coleta e organização dos indicadores de renda e população para os bairros de Porto Alegre; c) coleta e sistematização de dados sobre as feiras do produtor; d) elaboração de mapas temáticos com os indicadores de renda média e população para os bairros; e) espacialização das feiras do produtor; f) produção de gráficos, quadros e mapas; e g) redação dos resultados e discussões da pesquisa. Os resultados apontam para distintos cenários nos quais há territórios de Segurança Alimentar e Nutricional potencializados pelas feiras de produtores através do acesso e oferta a grande variedade de alimentos de qualidade e nos quais a população dispõe de renda média mensal favorável ao acesso; e outros em que a SAN é enfraquecida e origina territórios de Insegurança Alimentar, marcados pela ausência e distância de feira de produtores e pela baixa renda média mensal.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional. Feiras do produtor. Território. Porto Alegre.

## ABSTRACT

In 2018, Brazil returns to the Hunger Map and with the Coronavirus pandemic from 2020 onwards, the gap between those who eat and those who have nothing to eat has increased dramatically. In this sense, hunger is the most acute level of Food Insecurity, while Food and Nutritional Safety expresses the right to adequate and healthy food. To guarantee this right, it is essential to maintain the production and supply of quality food, income, regular and permanent access to quality food, access to health and education programs, respect for sociobiodiversity and public policies aimed at FNS. In this perspective, the Food Guide for the Brazilian Population recommends the choice and consumption of in natura or minimally processed foods make up a nutritionally balanced and culturally appropriate diet and, at the same time, promoter of socially and environmentally sustainable food systems. In this sense, producer fairs are identified in urban contexts with the potential to bring the population closer to adequate food because they enable the supply and access to in natura or minimally processed food through alternative agri-food networks, which bring producers and consumers together. In this way, the general objective of the research is to understand the territories of Food and Nutritional (In)Safety from producers' fairs in the city of Porto Alegre. To this end, the following specific objectives are deployed: a) to appropriate the discussion of Food and Nutritional Safety and Insecurity; b) identify the spatiality of the producer's fairs; c) verify which foods are sold at the producer's fairs; d) relate the location of the fairs with the average income and population at the neighborhood level; and, e) understand the relationship between food fairs and food and nutrition safety and insecurity. It is understood that the research has a mixed character and to meet the proposed objectives, the following methodological course was outlined: a) bibliographic search of fundamental concepts for the research; b) collection and organization of income and population indicators for the neighborhoods of Porto Alegre; c) collection and systematization of data on the producer's fairs; c) elaboration of thematic maps with the average income and population indicators for the neighborhoods; d) spatialization of the producer's fairs; e) production of graphs, charts and maps; and f) writing of research results and discussions. The results point to different scenarios in which there are Food and Nutritional Safety territories enhanced by the producer's fairs through the access and supply of a wide variety of quality foods and in which the population has an average monthly income favorable to access; and others in which the FNS is weakened and originates territories of Food Insecurity, marked by the absence and distance from the producer' fair and by the low average monthly income.

Keywords: Food and Nutritional Safety. Producer's fair. Territory. Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Porto Alegre/RS .....	14
Figura 2. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS: Feira Ecológica, Feira Modelo e Mercadão do Produtor .....	41
Figura 3. Espacialização das Feiras Ecológicas em Porto Alegre/RS.....	45
Figura 4. Alimentos processados e artesanais na FE Menino Deus .....	46
Figura 5. Alimentos <i>in natura</i> na FE Menino Deus .....	46
Figura 6. Alimentos <i>in natura</i> e artesanais na FE Menino Deus.....	46
Figura 7. Alimentos <i>in natura</i> , processados, de higiene pessoal e cosméticos na FE Menino Deus .....	47
Figura 8. Espacialização das Feiras Modelo em Porto Alegre/RS .....	49
Figura 9. Alimentos <i>in natura</i> comercializados na FM Bom Fim.....	50
Figura 10. Alimentos <i>in natura</i> e artesanais comercializados na FM Bom Fim .....	51
Figura 11. Alimentos <i>in natura</i> e processados comercializados na FM Bom Fim .....	51
Figura 12. Espacialização das Feiras Mercadão do Produtor em Porto Alegre/RS ..	53
Figura 13. Espacialização da renda média por bairro de Porto Alegre/RS em 2010.	59
Figura 14. Espacialização da população por bairro de Porto Alegre/RS em 2010 .....	61
Figura 15. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS por classes de rendimentos no Censo 2010 .....	64
Figura 16. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS por classes de população no Censo 2010 .....	66

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipificação das feiras brasileiras.....	31
Quadro 2. Tipologia das Feiras no Brasil .....	33
Quadro 3. Feiras do produtor em Porto Alegre/RS: Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor.....	42
Quadro 4. Alimentos <i>in natura</i> comercializados na Feira Ecológica Menino Deus....	47
Quadro 5. Especificações dos produtos comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor.....	55
Quadro 6. Alimentos <i>in natura</i> comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor .....	57
Quadro 7. Total de bairros por classes de rendimento.....	60
Quadro 8. Total de bairros por classes de população .....	62

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>16</b>
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>22</b>
3.1 ENTENDENDO A SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS.....	22
<b>3.1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL</b> .	<b>22</b>
<b>3.1.2 INSTITUCIONALIDADE DA SAN NO RIO GRANDE DO SUL E EM PORTO ALEGRE</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1.3 A DISPONIBILIDADE E ACESSO AOS ALIMENTOS COM QUALIDADE NUTRICIONAL: PRODUÇÃO, CONSUMO E RENDA</b> .....	<b>26</b>
3.2 AS FEIRAS DO PRODUTOR: COMERCIALIZAÇÃO DIRETA E OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS .....	29
<b>4 TERRITÓRIOS DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PORTO ALEGRE A PARTIR DAS FEIRAS DO PRODUTOR</b> .....	<b>40</b>
4.1 AS FEIRAS DO PRODUTOR NA CIDADE DE PORTO ALEGRE .....	40
4.2 RENDA MÉDIA E POPULAÇÃO PARA OS BAIRROS DE PORTO ALEGRE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010.....	58
4.3 A (RE)PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE .....	63
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2020 quando o SARS-CoV-2 se espalhou rapidamente pelo globo, nos quatro hemisférios, em todas as latitudes, longitudes e escalas, tão logo instaurou-se a pandemia do Coronavírus. As novas ordens espaciais eram do isolamento e do distanciamento social e, com isso, experienciaram-se novas formas de relação pelo espaço. Dessa forma, novos objetos e novas ações juntaram-se ao conjunto de sistema de objetos e sistema de ações vigentes, modificando o todo tanto formal quanto substancialmente.

Nessa perspectiva, no cotidiano a vivência incluía máscaras, álcool gel, lavar as mãos, isolamento domiciliar, estrangeirismos como *lockdown* e *homeoffice*, consumos restritos, ensino à distância, impossibilidade de lazeres, milhares de óbitos, covas, desmaios, pânico, crise, desemprego, inflação da cesta básica, geladeiras vazias, furtos famélicos e fome. Dessa forma, no menu do dia a dia do país feijão-arroz, o prato servido para milhões de pessoas passou a ser fome.

Nesse contexto, inúmeros argumentos simplistas alegavam que a volta do Brasil ao Mapa da Fome<sup>1</sup> era resultado da pandemia de Covid-19, eximindo a responsabilização de governos e do desmonte de políticas públicas em anos anteriores. A ausência de uma mirada sistêmica dos objetos e ações dificulta o entendimento e organização na superação da ferida que insiste em matar. Nesse sentido, é fundamental revisitar Josué de Castro (1983<sup>2</sup>) que através de seus escritos trazia lucidez ao tema, e o colocava como uma questão estrutural, ou seja, a fome tem caráter político enquanto resultado da desigualdade sustentada por estruturas econômicas e sociais.

Sob esse ângulo, as sementes do prato da fome foram sendo plantadas anteriormente a pandemia. No ano de 2018, o golpe da fome adubou as sementes com um decreto presidencial que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário

---

<sup>1</sup> Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), como parte da pesquisa VigiSAN, mostram que a insegurança alimentar grave cresceu intensamente a partir de 2018 em relação aos anos anteriores. Maiores detalhes sobre a pesquisa podem ser acessados em <https://olheparaafome.com.br/>.

<sup>2</sup> Essa é a 10ª edição da obra Geografia da Fome de Josué de Castro publicada pela primeira vez em 1946 e trazendo suas investigações sobre fome e subdesenvolvimento no Brasil, o que mostra que a fome é crônica e estrutural nos países.

(MDS) e desmantelou políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Além disso, as defasagens dos valores repassados ao Programa Bolsa Família e o esvaziamento dos estoques reguladores ocasionadas pela diminuição de investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuíram para agravar a vulnerabilidade de milhares de famílias.

Soma-se a colheita da fome as sementes do decreto presidencial que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em janeiro de 2019. Esse órgão é imprescindível na articulação entre Estado e sociedade civil voltado a organização democrática de políticas públicas que assegurassem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), constituinte do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Na esteira de tais reflexões e inserida no aparato de objetos e ações, o período de *lockdown* e de ensino remoto emergencial desencadearam uma ampla reflexão sobre a comida e o comer. Durante os longos meses que se seguiram, assisti a *lives*, a mesas redondas virtuais, seminários *online* e ouvi *podcasts* que despertaram o interesse pela temática da segurança alimentar e nutricional enquanto campo em disputa para a promoção da alimentação adequada e saudável.

Da busca pela aproximação com a SAN, entre abril e junho de 2021 foi realizado o Estágio Curricular Obrigatório junto ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RS (CONSEA RS). As atividades desenvolvidas consistiram na participação em reuniões da Comissão Executiva para acompanhar o desenrolar de pautas do Conselho e o levantamento de dados sobre os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional do RS.

Outra experiência que gerou muitas reflexões durante o estágio foi a ida a Ocupação Povo Sem Medo do MTST e aos remanescentes da Vila Nazaré, nas proximidades ao Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre para realizar a entrega de cestas básicas adquiridas em parceria com a Ação da Cidadania e Cáritas RS. Durante esse momento, que carinhosamente foi o trabalho de campo no estágio, visualizei um cenário de extrema vulnerabilidade social e que acarretou na disposição de discutir SAN ancorada na ciência geográfica.

Dessa forma, construiu-se entendimentos da alimentação como aspecto fundamental da vida em sociedade e discutir SAN dada a conjuntura brasileira da fome, desmonte de políticas públicas e desvalorização da agricultura familiar prescinde de uma mirada sistêmica. Dessa forma, parte-se do entendimento que

comer é um ato político e, portanto, não se trata somente da escolha individual do que será consumido por cada pessoa, tendo em vista a importância atribuída a esse ato vital que envolve os sujeitos em espaços distintos e múltiplos na teia de reprodução da vida.

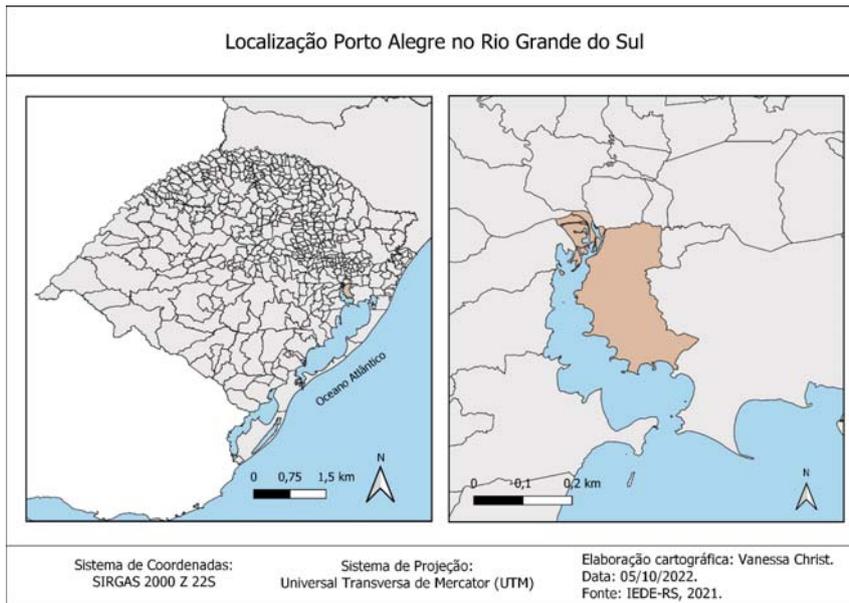
Nessa perspectiva, a alimentação saudável, ou seja, consumir alimentos de alta qualidade nutricional, é apenas um dos aspectos que diz respeito à segurança alimentar. Essa faceta faz parte da cadeia de produção alimentar, enquanto etapa última desse processo - compra e consumo -, já a segurança alimentar permeia a totalidade de suas etapas, da produção ao consumo.

Nesse sentido, as feiras de produtores oriundos da agricultura familiar se mostram como importantes espaços para auxiliar na promoção da segurança alimentar e nutricional da população ao passo que nelas há oferta de grande diversidade de alimentos. Sendo assim, as feiras do produtor representam espaços comuns entre quem produz e quem consome, promovendo a aproximação de produtores e consumidores em redes curtas de abastecimento. Importante destacar, que se optou por chamar nesse trabalho, de Feiras do Produtor, as feiras de Porto Alegre que ofertam em espaços públicos alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Tendo em vista os elementos acima, o presente trabalho se estruturou para responder a seguinte pergunta: qual a relação que pode ser estabelecida entre SAN, as feiras do produtor e a renda familiar na cidade de Porto Alegre/RS?

A escolha pela área de estudo se deu pela proximidade enquanto moradora, estudante e trabalhadora na cidade de Porto Alegre, além de identificar essa área com grande confluência da produção de alimentos, considerando o contingente populacional em contexto urbano e pelas desigualdades sociais percebidas quanto ao acesso a alimentação adequada e renda. A identificação da área de estudo está indicada a seguir na Figura 1.

**Figura 1. Localização de Porto Alegre/RS**



Fonte: IEDE-RS, 2021. Elaboração da autora, 2022.

Dentre as hipóteses possíveis acreditou-se que as feiras do produtor atuam no fortalecimento da SAN por apresentarem uma maior diversidade de alimentos saudáveis aos consumidores e porque os alimentos comercializados pelos produtores rurais nas feiras enquadram-se no Grupo 1, *in natura* ou minimamente processados do Guia Alimentar para a População Brasileira e, portanto, apresentam uma qualidade nutricional maior.

Outra hipótese previamente levantada foi de que as feiras não estão distribuídas de forma homogênea no município e, assim, parte da população não tem possibilidade de acesso a elas ou não as frequentam. Soma-se a essa colocação a disparidade da renda familiar nos diferentes bairros, que é determinante na aquisição de alimentos pelas famílias.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi proposto o objetivo geral que consistiu em compreender os territórios de (In)Segurança Alimentar e Nutricional a partir de feiras de produtores na cidade de Porto Alegre. Para tal, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: a) apropriar a discussão de Segurança e Insegurança Alimentar

e Nutricional; b) identificar a espacialidade das feiras de alimentos; c) verificar quais alimentos são comercializados nas feiras; d) relacionar a localização das feiras com a renda média e população em nível de bairro; e, e) entender a relação entre as feiras de alimentos com a segurança e insegurança alimentar e nutricional.

Os capítulos que compõe o presente trabalho estão organizados da seguinte forma: o capítulo de procedimentos metodológicos reúne teoricamente discussões sobre a metodologia empregada para o caráter dessa pesquisa e dispõe de percurso metodológico organizado para atender aos objetivos propostos. Na sequência, o capítulo de revisão bibliográfica aborda em dois subcapítulos os conceitos fundamentais a pesquisa, segurança alimentar e nutricional e as feiras de produtores. No quarto capítulo são apresentadas as discussões dos resultados da pesquisa, elucidando a presença das feiras de produtores na cidade de Porto Alegre e a disposição de classes de renda e população para os bairros. Por fim, as considerações finais retomam os elementos estruturantes do trabalho relacionadas aos resultados.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os métodos e técnicas empregados no desenvolvimento do presente trabalho, que busca promover a discussão da relação locacional das feiras na formação de territórios de (In)SAN na cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, a metodologia se constitui como etapa fundamental porque registra o caminho trilhado como ponte entre o problema de pesquisa e seus objetivos com os resultados do estudo. A seguir são retomados os objetivos na construção de metodologia e das etapas do percurso metodológico.

Sendo assim, a pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. Tais características estão atreladas às técnicas envolvidas no delineamento da pesquisa, ou seja, ao planejamento em sua dimensão mais ampla, envolvendo a diagramação, previsão de análise e interpretação dos dados, ambiente da coleta de dados e as formas de controle das variáveis envolvidas (GIL, 2010, p. 49). As técnicas são, portanto, instrumentos utilizados para coletar dados e informações visando à análise e explicação de aspectos teóricos estudados (MICHEL, 2015, p. 81).

Nesse sentido, o caráter exploratório justifica-se pela aproximação com a temática da SAN e sua relação com o objeto de estudo: as feiras. Dessa maneira, a confecção metodológica foi entrelaçando o contato com as bibliografias e os dados na elaboração das discussões do trabalho, a fim de compreender a (re)produção de territórios de (In)Segurança Alimentar e Nutricional a partir de feiras do produtor em Porto Alegre.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 205) as pesquisas exploratórias têm tripla finalidade: (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; (3) modificar e clarificar conceitos. Dessa maneira, para as autoras, obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado.

Com o intuito de elucidar as relações entre as feiras do produtor e a (In)SAN foram consultadas múltiplas bibliografias. Inicialmente, identifica-se a partir da alimentação um vínculo entre as feiras e a Segurança Alimentar e Nutricional, além dos conceitos de cadeias curtas, redes agroalimentares alternativas, território, rede

geográfica e lugar. Sendo assim, a apropriação de discussões da SAN e os entendimentos sobre a sua relação com as feiras do produtor ocorreu através da busca em bibliografias dos conceitos identificados para, por conseguinte, produzir descrições e reflexões que respondessem aos objetivos.

Nesse contexto, a pesquisa como documental e bibliográfica conta, respectivamente, com o levantamento de dados em documentação direta e indireta. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 190), o levantamento de dados é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse e ocorre através de fontes primárias ou secundárias, as quais caracterizam a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Nesse ângulo, Gil (2010, p. 51) afirma que as pesquisas documental e bibliográfica se assemelham muito e a diferença reside na natureza das fontes. Segundo o autor, a primeira vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa; e, a segunda é desenvolvida a partir de material já elaborado. Ainda para o autor (2017, p. 50) parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas.

Dessa maneira, as pesquisas documental e bibliográfica se adequam aos objetivos específicos da pesquisa que buscam identificar a espacialidade das feiras do produtor, verificar quais alimentos são comercializados nas feiras e obter a renda média e a população para cada bairro de Porto Alegre. Esses dados foram buscados em fontes primárias e secundárias e resultaram em análises qualitativas e quantitativas que, aliadas a apropriação dos conceitos, permitiram compreender e estabelecer relações territoriais entre as feiras do produtor e a SAN.

Tendo em vista a combinação de múltiplas técnicas de pesquisa propõem-se a utilização de métodos mistos. Tal escolha está baseada na particularidade de os métodos mistos compor um enlace entre as pesquisas qualitativas e quantitativas e, portanto, proporcionar uma maior compressão dos problemas de pesquisa (CRESWELL, 2010, p. 238). Ainda para o autor (2010, p. 129), a pesquisa qualitativa é exploratória quando o problema de pesquisa apresenta a necessidade de explorar e descrever os fenômenos e o fato da natureza do fenômeno poder não ser adequada às medidas quantitativas.

Dessa forma, a utilização de métodos mistos soma para o trabalho, a fim de lidar com a complexidade de estudos, ao apoiar-se nos pontos fortes das pesquisas

qualitativa e quantitativa. Nesse aspecto, o propósito do emprego de métodos mistos reside no objetivo de entender a relação entre as variáveis da pesquisa quanto de explorar o tópico em maior profundidade. Para tanto, os métodos mistos apresentam estratégias específicas, uma vez que pode haver ênfase na direção da primeira ou da segunda abordagem.

Nesse tocante, as estratégias adotadas para moldar os procedimentos metodológicos desenhadas pelos métodos mistos adequam-se melhor ao problema de pesquisa e objetivos do presente trabalho. Essa abordagem opera no levantamento de dados qualitativos e quantitativos, ou vice-versa, no intuito de estabelecer combinações de confirmação, desconfirmação, validação ou corroboração. Ademais, as distintas estratégias dos métodos mistos permitem a ampliação da lente do pesquisador ao explorar um fenômeno e combinar dados na produção de resultados validados e substanciados (CRESWELL, 2010).

Ancorada nas discussões acima e para atender aos objetivos propostos delineou-se o seguinte percurso metodológico: a) busca bibliográfica de conceitos fundamentais à pesquisa; b) coleta e organização dos indicadores de renda e população para os bairros de Porto Alegre; c) coleta e sistematização de dados sobre as Feira Modelo, Feira Ecológica e Mercadão do Produtor em Porto Alegre; d) elaboração de mapas temáticos com os indicadores de renda média e população para os bairros de Porto Alegre; e) espacialização das Feira Ecológica, Feira Modelo e Mercadão do Produtor em Porto Alegre; f) produção de gráficos, quadros e mapas; e g) redação dos resultados e discussões da pesquisa. A seguir são apresentados e discutidos os dados levantados, as fontes dos dados e a sua manipulação na produção de resultados quantitativos e qualitativos.

Dessa maneira, os indicadores do item b) configuram-se como dados quantitativos da pesquisa e foram obtidos através de fontes secundárias. Inicialmente estava prevista a utilização dos dados do Censo Demográfico para o ano de 2010, que apresentaria dados universais para o escopo da pesquisa. Todavia existe uma desconformidade entre os atuais bairros do município de Porto Alegre e os bairros do ano de 2010. Sendo assim buscou-se em outras fontes a produção dos indicadores de renda e população para o nível de análise da pesquisa.

Nesse contexto, obteve-se, em contato por e-mail, junto ao Observatório da cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) os dados de renda média e população para os 94 bairros do município. Considerando a Lei nº 12.112, de 22 de agosto de 2016, que

criou, extinguiu, denominou e delimitou os bairros do município, o Observatório produziu no ano de 2018 indicadores atualizados para todos os bairros a partir dos dados por setor censitário do Censo 2010. Eles destacam que foi realizada uma investigação criteriosa de cada setor para definir o bairro de pertença e, posteriormente, integrar o cálculo dos indicadores atualizados para a totalidade de Porto Alegre.

De acordo com o ObservaPOA (2018), a metodologia adotada na produção dos indicadores iniciou com o estudo detalhado dos 2.433 setores censitários da malha do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) para o Censo Demográfico de 2010 com a sobreposição de imagens de satélite dos anos de 2010, 2013 e 2018. A partir disso, os pesquisadores do Observatório utilizaram o *software ArcGIS* na análise minuciosa entre os contornos dos setores censitários e os limites dos então 94 bairros do município e, posteriormente, no tratamento e geração dos indicadores levantados pelo Censo 2010.

Cabe ressaltar que os dados obtidos são as médias dos indicadores de população e renda para os bairros de Porto Alegre no ano de 2010 e são as informações mais atualizadas disponíveis para a realização da pesquisa. Dessa forma, os dados obtidos representam a realidade para desse ano quando o salário mínimo era equivalente a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) e, portanto, não correspondem diretamente ao valor de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais) de salário mínimo no ano de 2022. Todavia são representativos por permitirem uma caracterização censitária e verificação do poder aquisitivo da população dos bairros, visto que a pesquisa se propôs trabalhar com média de salários-mínimos por bairro.

Para produção dos mapas temáticos da pesquisa foi solicitado através de contato por e-mail e obtido junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS, 2022) o arquivo georreferenciado contendo os limites oficiais dos bairros do município. Diante da média dos indicadores de renda e população e do *shapefile* iniciou-se a elaboração de mapas que tornassem espaciais os dados levantados com o *software QGIS*.

Ao prosseguir para o item c), as Feiras Ecológicas, Modelo e Mercado do Produtor foram levantadas no endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre (SMDET, 2022). Obteve-se no *site* da SMDET os endereços das feiras, os quais foram utilizados para a busca das coordenadas espaciais no *software Google Earth Pro*. Nessa ferramenta foram

adicionados marcadores referentes a localização das feiras e exportadas no formato de arquivo KMZ para posterior inserção no *QGis* sobre o arquivo vetorial dos limites dos bairros de Porto Alegre. Assim foram produzidos os mapas da espacialização para cada uma dessas feiras e na sua totalidade.

Para qualificar as tipologias de feiras utilizadas para o recorte do trabalho foram identificadas particularidades no conteúdo disponível no endereço eletrônico da SMDET: dia da semana, horário de funcionamento e local. Ademais, *e-mails* foram trocados com a SMDET para obter esclarecimentos sobre grupos alimentares e produtos comercializados nas feiras, número de bancas e de feirantes e origem dos alimentos comercializados. As informações reunidas referentes às Feira Modelo e Mercado do Produtor foram tabuladas no *software Excel* para elaboração de gráficos e quadros.

Em relação as Feiras Ecológicas, a SMDET não dispunha de informações sobre grupos de alimentos e produtos comercializados. Sendo assim, foi realizado trabalho de campo em 01 (uma) Feira Ecológica para identificação dos alimentos comercializados através de fotografias e anotações. Esses dados foram utilizados para fins de representação e caracterização das Feiras Ecológicas da pesquisa, embora não representem com exatidão a totalidade dessa tipologia de feira, já que os tipos de alimentos e quantidades podem variar entre as feiras. Também foi realizado trabalho de campo em 01 (uma) Feira Modelo para registros fotográficos e observações.

Com a geração dos produtos cartográficos foram possíveis tecer análises sobre a espacialidade das feiras, da renda média e da população para o ano de 2010. Uma primeira análise da distribuição das Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor permitiu visualizar a oferta de alimentos a partir de feiras nos bairros em Porto Alegre e adicionando a renda a equação tornou-se discutível a questão do acesso aos alimentos. O indicador de população em relação às feiras foi válido para confrontar o número de feiras em cada bairro de acordo com o total da população.

Somam-se a esses aspectos, as características e especificidades das Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor. Elas foram agrupadas em gráficos, tabelas e quadros que permitiram complementar as discussões sobre a oferta e acesso aos alimentos, dando contornos espaciais e sociais através do dia da semana, horário de funcionamento e local, além da identificação dos alimentos comercializados que tornou viável a avaliação da qualidade nutricional.

Dessa forma, com o enlace dos mapas, gráficos e quadros permitiram análises qualitativas e quantitativas acerca da relação entre as feiras do produtor com a segurança e insegurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, foi possível tecer entendimentos de produção e reprodução de territórios com base na alimentação e na segurança alimentar e nutricional promovida pelas feiras do produtor.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Neste capítulo são trazidas revisões bibliográficas e referências teóricas que subsidiam as discussões do presente trabalho. Dessa maneira, primeiramente, a Segurança Alimentar e Nutricional é discutida sob o âmbito institucional e são trazidos elementos que destacam sua importância no cotidiano. Em seguida, as feiras são apresentadas na perspectiva de diversos autores e seus desdobramentos em relação à produção-comercialização e produtor-consumidor.

#### **3.1 ENTENDENDO A SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS**

Este capítulo está dividido em três subcapítulos que pretendem contextualizar a SAN e seus aspectos institucionais através de um pequeno histórico no Brasil; apresentar o cenário institucional no Rio Grande do Sul e sua caracterização em Porto Alegre; e, por fim, discutir as dimensões de disponibilidade e acesso aos alimentos pela população em relação à segurança e insegurança alimentar e nutricional nos domicílios brasileiros.

##### **3.1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**

A Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo discutida desde a década de 80, quando da realização, em 1986, da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Anos depois, as discussões foram novamente retomadas durante a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994 e na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) em 2004. Dentre as propostas discutidas, destacam-se as questões institucionais de reconhecimento da exigibilidade imediata do direito humano à alimentação adequada, como direito básico na Constituição Federal, e a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CARVALHO, 2017, p. 27).

No contexto governamental, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006, marca a institucionalização da SAN no país. Concomitantemente é criado o Sistema Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem por objetivo garantir o DHAA através da implementação de políticas e programas em nível federal, estadual e municipal que assegurem a SAN, além de determinar ao poder público o dever de informar, monitorar e avaliar sua efetivação (BRASIL, 2006).

De acordo com a LOSAN, a SAN passa a ser definida como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 2).

Dessa forma, a SAN se caracteriza como um mecanismo estratégico na promoção do DHAA. E para promover a SAN, o SISAN engloba uma estrutura composta de Conferências de SAN, CONSEAs (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) e CAISANS (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional). Tais esferas atuam conjuntamente e articulam a participação e controle social com a intersectorialidade governamental. Por meio das Conferências são estabelecidas diretrizes e prioridades para os Planos de SAN; os CONSEAs têm papel consultivo, sendo composto por dois terços da sociedade civil e um terço de representantes do governo; e, as CAISANS são a instância de articulação e gestão dos programas e ações de SAN.

No ano de 2007 ocorreu a III Conferência Nacional de SAN na qual foram discutidas proposições para três eixos temáticos, dentre eles a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CARVALHO, 2017, p. 28). Contudo, apenas em 2010 pelo Decreto nº 7.277 foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabelecidas diretrizes e parâmetros para a construção de Planos Nacionais de SAN (BRASIL, 2010). Ainda no mesmo ano, a Emenda Constitucional nº 64 altera o Artigo 6º da Constituição Federal e inclui a alimentação como direito social no Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2010).

Em 2011 ocorreu a IV Conferência Nacional de SAN e na ocasião foi elaborado o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e, posteriormente, em 2015 na V Conferência Nacional de SAN foi elaborado o II PLANSAN (CARVALHO, 2017, p. 28) que apresentou como objetivos promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica; e promover o

abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável (CAISAN, 2016).

No dia 01 de janeiro de 2019, Medida Provisória nº 870, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, anunciou a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2019). Isso consumou a desarticulação da CAISAN e o desmonte do SISAN. Nesse contexto, a articulação entre os Conselhos Estaduais de SAN e demais entidades organizou a “Conferência Nacional, Popular, Autônoma: Por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” para ser realizada em 2020 (FIAN BRASIL, 2020).

Entretanto, o cenário da pandemia de Covid-19 não permitiu a realização do evento que foi postergado e ocorreu virtualmente em novembro de 2021 com a chamada “Conferência Popular em Movimento: por DEMOCRACIA, DIREITOS, SOBERANIA E SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2020-2021”. A Conferência atuou principalmente para contribuir com um diagnóstico-denúncia da sociedade civil acerca da fome, do aumento das desigualdades sociais, da discussão do sistema de segurança alimentar e nutricional e da implementação de políticas públicas (CPSSAN, 2021).

Nesse sentido, a inserção da participação popular em espaços democráticos de tomada de decisão, construção e reivindicação do direito intrínseco à vida – a alimentação – assume grande relevância. Sob esse ângulo, o SISAN prevê sua implementação nas três esferas governamentais: nacional, estadual e municipal. Dessa forma, cabe aos Estados e municípios atender às estruturas do SISAN: estabelecer Conferências estaduais e municipais e criar os respectivos CONSEAs e CAISANs a fim de prover, promover, proteger e respeitar os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nessa perspectiva, as políticas públicas de SAN devem ser asseguradas em escala local e a proximidade permite a sua adequação às realidades municipais. Sendo assim, a adesão municipal ao SISAN garante maior mobilização e organização da agenda de SAN; integração entre assistência, desenvolvimento agrário, abastecimento, agricultura e educação; maior controle e participação social; e, intersetorialidade das políticas (OBSSAN-RS, 2022).

### 3.1.2 INSTITUCIONALIDADE DA SAN NO RIO GRANDE DO SUL E EM PORTO ALEGRE

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA/RS foi criado pela Lei nº 11.914, de 20 de maio de 2003<sup>3</sup>, que atribui ao órgão o dever de estimular a criação de conselhos municipais e intermunicipais de segurança alimentar e nutricional sustentável, com os quais manterá estreitas relações de cooperação, especialmente em relação às ações definidas como prioritárias, no âmbito da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

No ano de 2014, a Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/RS foi criada pelo Decreto nº 52.110 e tem por atribuição a elaboração da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional a partir das diretrizes emanadas do CONSEA/RS (RIO GRANDE DO SUL, 2014). A presença dessas duas instâncias se mostra como a possibilidade de espaço aberto à promoção de políticas e ações com vistas a garantir a SAN da população gaúcha.

O Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (OBSSAN-RS) oferece um detalhamento da adesão municipal ao SISAN até 2017. De acordo com os dados do OBSSAN-RS (2022), apenas 1 município atende ao SISAN, 67 atendem parcialmente e 429 não atendem. A classificação adotada pelo Observatório se dá em função da presença de COMSEA, CAISAN municipal e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PlaMSAN). Sendo assim, para atender ao SISAN o município deve apresentar três estruturas.

Sob outro ângulo, os dados do OBSSAN-RS indicam 35 municípios possuem Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), 7 possuem CAISAN municipal e apenas 1 apresenta Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PlaMSAN). Considerando o recorte espacial da pesquisa, de acordo com o OBSSAN-RS (2022), Porto Alegre atende parcialmente ao SISAN, pois apresenta COMSEA e CAISAN municipal e não apresenta PlaMSAN.

---

<sup>3</sup> A criação dos CONSEAs estaduais é, na grande maioria dos casos, anterior a promulgação da LOSAN e do SISAN porque o Conselho Nacional de SAN foi criado em 1994 durante a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e desativado em 1995. No ano de 2003, o governo federal retomou o CONSEA como ente fundamental visando a criação de políticas de SAN.

### 3.1.3 A DISPONIBILIDADE E ACESSO AOS ALIMENTOS COM QUALIDADE NUTRICIONAL: PRODUÇÃO, CONSUMO E RENDA

No ano de 2006, o Ministério da Saúde publicou o “Guia Alimentar para a População Brasileira – Promovendo a Alimentação Saudável”, que se constituiu em um marco de referência para indivíduos e famílias, governos e profissionais de saúde sobre a promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2014). Posteriormente, em 2014, o documento foi atualizado com novas recomendações e republicado com o título “Guia Alimentar para a População Brasileira”.

Dessa maneira, o Ministério da Saúde afirma que:

[...] o Guia Alimentar para a População Brasileira se constitui como instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para subsidiar políticas, programas e ações que visem a incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2014).

O Guia Alimentar para a População Brasileira discute a concepção de alimentação saudável e adequada através de quatro grupos de alimentos determinados pelo nível de processamento, ou seja, quanto menor o nível de processamento/industrialização mais saudável ele será.

Somando-se a isso, o Guia valoriza a cultura de cada região, estimulando a prática culinária, bem como o consumo de alimentos *in natura*, minimamente processados e, sempre que possível, orgânicos.

Na PNSAN estão definidas as diretrizes que orientam a elaboração do PlaNSAN e buscam assegurar o DHAA. As diretrizes estão expressas nas seguintes dimensões: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação; programas e ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

Com o intuito de sistematizar e analisar a SAN foram criadas metodologias para expressar em indicadores as condições de vida da população. Esses indicadores são determinados pelas dimensões supracitadas e podem variar de acordo com as pesquisas. Em nível nacional, a principal referência é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que classifica os domicílios em diferentes graus de Insegurança Alimentar (IA).

De acordo com o IBGE as classificações da EBIA são:

[...] segurança alimentar: acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, não havendo a percepção de sofrer restrição no futuro próximo; insegurança alimentar leve: preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome (IBGE, 2013, p. 3).

No PLANSAN 2012-2015, a principal causa de IA foi a falta de capacidade de acesso aos alimentos pelos grupos sociais mais vulneráveis (BRASIL, 2011). Com isso, o envolvimento da sociedade civil e da esfera governamental no debate sobre o acesso aos alimentos promoveu avanços em relação a SAN. Foram elaboradas um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento da fome e da pobreza, como o aumento da redistribuição de renda pelo Programa Bolsa Família (PBF), o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e da agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Considerando o estudo realizado por Carvalho (2017), a autora retoma outras metodologias que buscam estabelecer indicadores de Segurança Alimentar e IA a partir das dimensões colocadas na PNSAN. Para a autora:

[...] apesar das principais pesquisas de avaliação da situação de SAN da população brasileira utilizarem indicadores de acesso aos alimentos, no qual se considera como fator principal a renda mensal das famílias, as condições pelas quais a população acessa esses alimentos, que incluem fatores relacionados à produção, transporte e comercialização, também são determinantes para avaliar a segurança alimentar e nutricional da população (CARVALHO, 2017, p. 103).

Nessa perspectiva, Maluf (1999) reforça que para compreender os aspectos relacionados ao acesso à alimentos pelos diversos segmentos da população, é preciso considerar as conexões existentes entre produção, abastecimento e consumo. Segundo o autor, as ações de abastecimento alimentar tratam das estruturas que disponibilizam alimentos, fluxos que vão desde a forma pelas quais os alimentos são produzidos, passando pela intermediação mercantil e processamento agroindustrial, até o comércio varejista para serem distribuídos para a população.

Por essa razão, as estruturas de abastecimento também fazem parte dos elementos que determinam as condições pelas quais a população acessa os alimentos (CARVALHO, 2017, p. 76). Como reforça Maluf (1999), as ações de abastecimento que promovem a produção e a distribuição dos alimentos sob formas

sociais mais equitativas, contribuem para o desenvolvimento da pequena e média produção familiar de alimentos; para a geração de trabalho e renda no campo; e para a ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis, mais acessíveis e sustentáveis.

Nessa perspectiva, uma das diretrizes para a construção de políticas municipais de SAN, orientada pelo CONSEA, é ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população (COSTA; MALUF, 2001, p. 17). De acordo com Maluf (1999), as ações mais significativas de abastecimento em nível local desenvolvidas pelos municípios consistiam na gestão de equipamentos públicos para o comércio varejista, como os sacolões, varejões e feiras livres. Esses equipamentos foram concebidos, inicialmente, como instrumentos de regulação do varejo para ampliar o controle público sobre os preços, a quantidade e a qualidade dos produtos comercializado e, indiretamente, nas estruturas privadas de comércio.

Nesse cenário, as feiras se inserem nas dimensões definidas na PNSAN porque são um local delimitado no espaço onde produção e consumo se encontram. Elas são o nó da complexa rede relacional entre produtores e consumidores e que pode ser capaz de reorientar o consumo e estimular hábitos de vida saudável concernente às premissas da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (CARVALHO, 2017, p.136).

A relação entre SAN e feiras da agricultura familiar é levantada por Burity et al (2010, p. 30) que afirma que para garantir o DHAA passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo às práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento, de alimentação escolar, entre outros. Ademais, o resgate do valor nutricional dos produtos, aliado à agricultura familiar são consideradas condições fundamentais nas políticas integradas que ao mesmo tempo combatem à fome e promovem a segurança alimentar e nutricional (Burity et al, 2010, p. 161).

Dessa maneira, para Schneider, Cruz e Matte (2016) se torna evidente a relevância das reflexões sobre novas estratégias alimentares, de canais de comercialização e de modelos de abastecimento, não apenas para garantia da quantidade e regularidade no acesso aos alimentos, mas também para oferta de alimentos saudáveis, adequados aos hábitos alimentares de cada região e que garanta a segurança alimentar e nutricional da população.

### 3.2 AS FEIRAS DO PRODUTOR: COMERCIALIZAÇÃO DIRETA E OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

Na literatura, os estudos sobre as feiras apresentam especificidades de acordo com o lugar e o tempo da análise, tornando a abordagem de tipologias interessante para compreender e desenhar contornos de dimensões relacionais. Nos parágrafos a seguir serão trazidas considerações sobre as distintas abordagens em relação às feiras e, posteriormente, estabelecidas as relações com a alimentação a partir da aproximação com os conceitos de cadeias curtas e redes alimentares alternativas.

Nesse sentido, as feiras são apropriadas enquanto elemento cultural e sobre as quais são produzidas narrativas artísticas e científicas. Os autores Araujo e Ribeiro (2018) produziram uma análise sobre as feiras a partir de uma pesquisa documental com produções técnicas e científicas anteriores a 2017. Para eles, no Brasil, as feiras livres remontam ao período colonial e sua importância pode ser verificada em diferentes manifestações culturais como músicas, cinema, romances, contos e crônicas (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 562).

Nessa conjectura, Cassol (2021) indica que as feiras tradicionais ou mercados tradicionais foram objeto de inúmeros estudos na região Nordeste e é ali que elas mais se desenvolveram e na qual ainda hoje se encontram presentes devido à ocupação colonial brasileira. O autor se utiliza dos estudos de Manuel de Andrade para referenciar:

[...] o surgimento das feiras de gado e de farinha nos territórios nordestinos com pecuária extensiva consolidada (Agreste e Sertão). A regularidade dessas feiras foi erigindo "praças" de comércio integrando pequenos produtores e comerciantes, os quais complementam a oferta de gado e farinha com produtos de subsistência (hortaliças e frutas) e itens da alimentação regional (rapadura, cachaça, etc.) (ANDRADE, 1973 apud CASSOL, 2021, p. 102)

Concomitantemente, a especialização na produção de cana-de-açúcar na região litorânea nordestina fez surgir as feiras livres pela necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios (CASSOL, 2021). Isto é, no contexto da grande propriedade canavieira, as feiras emergem como espaços complementares nos quais são possíveis abastecer-se de produtos da culinária regional e de gêneros alimentícios de primeira necessidade (CASSOL, 2021, p. 103).

Somam-se as contribuições de Jesus (1997) sobre as feiras-livres no Rio de Janeiro. Para o autor, as feiras são parte de um ordenamento da época em nome da modernização urbana no início do século XX. Dessa forma, a administração pública promoveu reformas urbanas a fim de atender às definições da cidade moderna diante de um cenário complexo no tocante à estruturação e distribuição espacial do pequeno comércio, herdado de séculos de um longo passado colonial (JESUS, 1997, p. 30).

Dessa maneira, as feiras-livre foram institucionalizadas a partir da intervenção do Estado sobre as atividades comerciais daquele período. Conforme Jesus (1997, p. 32), as feiras-livre foram concebidas e estimuladas com o Decreto 997 de 13 de outubro de 1904 que em seu texto se refere a “feiras ou mercados livres”, sem, no entanto, explicar a adoção do adjetivo livre, que posteriormente se incorporou em definitivo ao nome (feira-livre) (JESUS, 1997, p. 33).

De igual forma, as feiras-livres no Rio de Janeiro tiveram sua funcionalidade vinculada ao abastecimento e oferta de alimentos. Jesus (1997, p. 38) conclui que:

Inicialmente, as feiras-livres mantiveram-se espaço-temporalmente confinadas e com reduzido papel no abastecimento. [...] A partir de 1916, em meio à agudização da crise do abastecimento na cidade, elas são convocadas a colaborar mais efetivamente na distribuição varejista. Multiplicam-se pelo tecido urbano e se estendem ao longo da semana, adquirindo grande porte.

Nesse contexto, a:

[...] denominação é adotada em todo o Brasil para designar as feiras semanais de caráter intra-urbana (de âmbito praticamente restrito ao bairro), diferentes daquelas tradicionais que reúnem compradores e vendedores oriundos de áreas distantes, muito comum no Nordeste, e que preferimos denominar feiras regionais (JESUS, 1991, apud JESUS, 1997, p. 33).

Com isso, percebe-se uma diferenciação da nomenclatura das feiras em relação aos aspectos de abrangência e origem de feirantes e consumidores.

A denominação de feira-livres também é identificada por Godoy (2005) para o município de Pelotas no Rio Grande do Sul. Assim como no caso anterior, a criação das feiras-livres partiu da ordem municipal com a Lei nº 088 de 22 de dezembro de 1948 que dispunha sobre a criação das feiras-livres na zona urbana e suburbana de Pelotas. Segundo ao autor, a Lei objetiva:

[...] disciplinar o comércio varejista, de gêneros alimentícios de primeira necessidade e de produtos agrícolas, de pequena criação, horticultura e policultura, que deveriam ser vendidos a preços acessíveis, evitando-se, tanto quanto possível, a intermediação (GODOY, 2005, p. 96).

Tendo em vista os cenários, entende-se que as feiras são dotadas de singularidades e as feiras-livres podem representar um conceito guarda-chuva para se referir aos locais de comercialização direta de alimentos. Dessa forma, cabe retornar a pesquisa documental de Araujo e Ribeiro (2018) na qual elaboraram uma tipificação das feiras. Para os autores, as feiras podem ser agrupadas pelas seguintes características: quanto ao feirante, quanto ao tipo de feira, quanto à técnica usada no produto, quanto aos setores e quanto às trocas.

Tais elementos revelam grande diversidade nas feiras brasileiras e especificidades regionais se manifestam e influem na comercialização, em estratégias de venda e relações socioeconômicas. (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 565). A seguir no Quadro 1 estão organizadas as especificações coletadas em Araujo e Ribeiro (2018, p. 565-567) sobre as feiras brasileiras.

**Quadro 1. Tipificação das feiras brasileiras**

<b>Tipificação da feira</b>	<b>Especificações</b>
Quanto ao feirante	Comercializa no mesmo lugar um dia por semana; Comercializa cada dia num lugar ou cidade, geralmente vendendo produção alheia; Feirante fixo que comercializa todo o tempo no mesmo ponto de venda e definitivamente não é produtor.
Quanto ao tipo de feira	“feirinhas” ou “feiras livres” para vendas de agricultores familiares; “feirões” para atacadistas que abastecem áreas urbanas; “feiras de usina” quando da oferta de produtos agrícolas e industrializados (específico para a região Nordeste); “feira urbana de abastecimento” ou “feira de produtor” para vendas do produtor direto; “feira de mercado” para vendas de intermediários.
Quanto a técnica usada no produto	Podem ser “convencionais”, “agroecológicas” ou “orgânicas”.
Quanto aos setores	São as áreas delimitadas para vendas dos mesmos produtos.
Quanto às trocas	As feiras livres são espaços de vendas à vista e preço fixado na concorrência (o “preço que corre”); “feiras do troca-troca”; “xepa”.

Fonte: Araujo e Ribeiro (2018). Organização da autora, 2022.

Nessa perspectiva, aproximações e diferenças são encontradas na tipologia de feiras foi esboçada por Cassol (2022) levando em consideração estudos de autores sobre a temática. Em sua classificação, o autor leva em consideração o alcance, características, atores e regulação. No Quadro 2 estão organizadas as tipologias de feiras para o autor (GEPAD UFRGS, 2022).

Quadro 2. Tipologia das Feiras no Brasil

Tipo		Alcance	Características	Atores	Regulação	Exemplos
1 -	Proximidade	Local	Venda direta; relações interpessoais; proximidade social e cultural.	Agricultores familiares; camponeses.	Confiança + Amizade + Qualidade + Formalidade	Feira da Agricultura Familiar; Feira do Produtor; Feira do Pequeno Produtor; Feiras Agroecológicas.
2 -	Territorial	Local/ Regional	Venda direta; proximidade social e cultural; diversificação; vendas mediadas.	Agricultores familiares; redes de comercialização.	Reputação + Qualidade + Preço + Procedência + Formalidade	Feiras Agroecológicas; Feiras regionais; Lojas especializadas; Redes de vendas; Restaurantes.
3 - Tradicional	Mista	Local/ Regional/ Nacional	Venda direta e indireta; proximidade social e cultural; alimentos e outros produtos.	Agricultores familiares; "famílias feirantes"; pequenos comerciantes; ambulantes.	Tradição + Preço + Diversidade + Barganha + Informalidade	Feiras-livres; Feiras tradicionais urbanas; <i>Street markets</i> .
	Singular	Local/ Regional	Venda direta e indireta; somente alimentos.	Agricultores familiares; "famílias feirantes"; pequenos comerciantes.	Tradição + Preço + Barganha + Informalidade	Feiras-livres; Feiras tradicionais rurais.
4 -	Convencional	Regional/ Nacional	Somente venda indireta (atravessadores).	Pequenos e médios comerciantes.	Preço + Quantidade + Formalidade	Feiras urbanas; Feiras "modelo"; Feiras "mercados".

Fonte: CASSOL/ GEPAD UFRGS, 2022.

A partir da observação dos Quadros 1 e 2 é possível verificar que as análises produzidas pelos autores possuem pontos de encontro e desencontro. Ambos têm em sua abordagem os feirantes, o tipo de produto, o modo como os produtos são comercializados e o tipo de feira. Contudo, Araujo e Ribeiro (2018) identificam em sua análise as trocas, ou o preço e o valor, como elemento no entendimento das feiras, enquanto Cassol (2022) inclui o alcance, ou escala, e a regulação, ou valores sociais, como elementos caracterizantes das feiras.

Cabe também ressaltar as considerações dos autores em relação à venda dos produtos nas feiras. No liame da venda estão os feirantes e consumidores ou produtores e consumidores que os autores em seu universo de proposições colocam como os agricultores familiares ou atravessadores. Esses atores caracterizam, respectivamente, as vendas diretas e vendas indiretas. Para Araujo e Ribeiro (2018) os agricultores familiares estão diretamente presentes em feiras do tipo “feirinhas” ou “feiras-livre” e “feira urbana de abastecimento” ou “feira de produtor”, e os atravessadores nas “feira de mercado”. Já em Cassol (2018) as vendas diretas de agricultores familiares estão presentes exclusivamente em feiras do tipo “Proximidade” e “Territorial”, ao passo que a venda indireta é particular nas feiras “Convencionais”. E no caso das feiras “Tradicionais” que podem ser “Mista” ou “Singular” são identificadas as duas modalidades de comercialização.

Nessa perspectiva, as feiras promovem novas miradas sobre e para a alimentação, a qual é atravessada pela produção, o abastecimento e o consumo. Para Cassol (2018, p. 98):

[...] os mercados alimentares – enquanto espaços nos quais as três dimensões citadas manifestam-se presentes – emergem como espaços centrais seja na problematização e compreensão das dinâmicas de interação econômica entre produtores e consumidores, seja como mecanismos de acesso a alimentação saudável garantindo a segurança alimentar das populações urbanas e contribuindo ao desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis.

Dessa forma, as feiras podem ser compreendidas como uma categoria de mercados alimentares que diminui os nós da rede tecida desde a produção até o consumidor final.

Nessa conjuntura, as etapas envolvidas na interação entre produtores e consumidores de alimentos são reduzidas nas feiras em relação a outros mercados alimentares, como as redes de supermercados. Essas etapas compreendem a cadeia de valor e para Schneider e Gazolla (2017, p. 11) pode ser entendida como um

sistema de acordos, arranjos e contratos que liga os agricultores aos consumidores de alimentos normalmente através de um ou mais intermediários. Dessa maneira, a alimentação cria uma rede de encadeamentos entre agentes distintos.

Em Schneider e Gazzola (2017) esse emaranhado de relações são chamadas de cadeias agroalimentares que constituem o sistema alimentar.

Na prática, as cadeias agroalimentares são cadeias agroindustriais, pois envolvem uma complexa e extensa rede de agentes intermediários, que começa antes mesmo de se jogar uma semente na terra, passa por empresas de insumos, sementes, implementos e mesmo combustíveis, e vai além da porteira dos estabelecimentos agropecuários, envolvendo unidades de transformação de fibras e matérias-primas alimentares. Em face desse tamanho e complexidade, as cadeias agroalimentares ou agroindustriais são longas (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 10).

Nesse sentido, os autores apontam para uma relação praticamente inexistente entre produtores e consumidores dado o rompimento da relação produção-consumo, pois os alimentos acabam sendo produtos de uma indústria ou de um supermercado, vendidos com marcas específicas ou “nomes fantasia” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p.11). Ademais, entre o agente que produz e o indivíduo que consome está um alimento que:

[...] passa a ser uma mercadoria como outra qualquer, que se compra por critérios de preço ou valor nutricional, conforme as preferências ou o poder aquisitivo. Desaparece a identidade do produto, mas também a sua procedência, pois na medida em que o sistema agroalimentar se internacionaliza, os alimentos deixam de se vincular a terra e ao ambiente local de produção, sendo transplantados para as áreas mais competitivas (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 11).

Em contrapartida, as cadeias curtas de abastecimento representam a construção de uma cadeia de valor com outra perspectiva. Os atores envolvidos em uma cadeia de valor curta buscam:

[...] novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017, p. 12).

De modo geral, as cadeias curtas implicam na redução dos intermediários na rede costurada entre o produtor e o consumidor. Entretanto, Schneider e Gazzola (2017, p. 12) indicam que o número de intermediários necessários entre o produtor e o cidadão consumidor é controverso e pode variar segundo diferentes produtos. Além disso, as denominações conceituais podem variar na literatura para o termo cadeia

curta e assumir expressões como circuitos breves de produção consumo, redes (ou sistemas) agroalimentares alternativos, cadeia alimentar sustentável ou mesmo circulação curta.

Nesse sentido, os autores Schneider e Gazolla (2017) mostram que estudos recentes informam especificidades entre os termos cadeias curtas de abastecimento e redes agroalimentares alternativas. Segundos eles:

A diferença principal e fundamental entre ambas, contudo, está relacionada à perspectiva de interpretação e análise teórica destes processos sociais, uma vez que enquanto um grupo de autores prefere mobilizar o referencial da abordagem das cadeias de valor, outros optaram pela análise de redes sociais. Enquanto a análise das cadeias curtas de valor focaliza o processo de interação dos produtores com os consumidores, explorando as novas formas de gestão e inovação dos produtos, o enfoque nas redes alimentares discute aspectos relacionados ao consumo como um ato político, explorando o potencial alternativo destas experiências, em face do modelo agroalimentar dominante (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 14).

Somam-se a tais considerações outras características de abordagem dos dois termos. Para os autores (2017, p. 14), as cadeias curtas de abastecimento estão ligadas a preocupações com questões relacionadas ao consumo, aos direitos dos consumidores em ter acesso a produtos limpos e diferenciados. Já as redes alimentares alternativas exploram aspectos relacionados à sustentabilidade da produção e consumo de orgânicos, assim como questões ligadas à segurança e à soberania alimentar.

Somam-se a tais aspectos outros elementos apontados na literatura para as redes agroalimentares alternativas. Essa modalidade de cadeias curtas tem o contato direto entre os produtores e consumidores, baseado numa relação de confiança, além de proximidade entre locais de produção e consumo. Além disso:

[...] as RAA buscam promover a inclusão socioeconômica de grupos sociais de produtores e consumidores marginalizados ou excluídos pelo sistema agroalimentar dominante e corporativo. Há um foco explícito no apoio aos pequenos agricultores familiares, aos quais se busca oferecer oportunidades econômicas assim como na promoção de espaços e ocasiões para que os consumidores possam de manifestar em relação as suas preferências alimentares e ter acesso a produtos saudáveis, com qualidade, procedência cultural e a preços justos (Allen et al., 2003; Feenestra, 2002 apud SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 15).

Nesse tocante, Goodman (2017) discute relações de poder nos espaços de produção-consumo. Para o autor, que analisa o cenário de Londres na Grã-Bretanha, existem “nichos socialmente excludentes” entre a produção localizada e os espaços de consumo. Ao discorrer sobre as relações sociais de consumo, ele indica que:

Se a crescente incorporação de produtos orgânicos e locais ao sistema dominante, observada acima, traz uma promessa de acesso mais democrático aos mesmos, no momento, as relações sociais de consumo subjacentes a essas novas formas de abastecimento de alimentos mostram-se altamente desiguais. Preços consideravelmente mais altos, compromissos de tempo-espço necessários para adquirir e preparar alimentos alternativos e locais, e os respectivos conhecimentos envolvidos sugerem a exigência de níveis significativos de capital econômico e cultural para se ter acesso a esses sistemas de abastecimento (GOODMAN, 2017, p. 68).

Nessa conjectura, Goodman (2017, p. 69) traz à tona que apenas consumidores privilegiados têm condições de aderir a esta “fuga para a realidade”, deixando os demais como “convidados ausentes à mesa”. Para ele, a questão crítica segue sendo a democratização do acesso aos alimentos nutritivos e, assim, “o poder de optar por não consumir o convencional está, claramente, limitado pela renda e desigualmente distribuído” (GOODMAN, 2017, p. 72).

Para isso, Goodman (2017) se vale da abordagem que coloca o alimento em uma esfera de relacionalidade e faz surgir uma arena de luta, dada a assimetria de poder. Dessa forma:

[...] a justiça social deve ser a peça central de uma política alimentar revigorada voltada à promoção do acesso equitativo a alimentos nutritivos de qualidade e de forma a sustentar meios de subsistência “justos” para agricultores, trabalhadores agrícolas e outros atores do abastecimento alimentar. Sem mudanças políticas e institucionais profundas, as redes alimentares alternativas correm o risco de ficar limitadas a prover “pessoas abastadas”, em espaços de consumo circunscritos, cujas fronteiras são patrulhadas por varejistas rentistas ávidos de novas oportunidades para diferenciar suas linhas de produtos (GOODMAN, 2017, p. 77).

Nesse sentido, o entendimento de Cruz e Schneider (2022) sobre as feiras traz novas perspectivas e engloba as problemáticas discutidas por Goodman (2017). Para os autores:

[...] as feiras locais podem ser entendidas como mercados territoriais no quais comparecem agentes interessados (vendedores, compradores e outros) em fazer trocas e exercer seu poder de mercado, que é o poder de vender, comprar, permutar, barganhar, pechinchar e etc. Nesse sentido, esses mercados, assim como as feiras, apresentam uma dimensão territorial na medida em que as instituições que governam esses mercados são instituições baseadas nas percepções de como as relações sociais e mercantis ocorrem. As trocas e interações se dão em um determinado lugar (físico, geográfico) e neste ocorrem e transcorrem relações de poder, porque a posição de cada ator não é simétrica e igual (CRUZ; SCHNEIDER, 2022, p. 98).

A relacionalidade e as tramas territoriais são trazidas em Saquet (2017) também como um aspecto das feiras do produtor. Para o autor as redes curtas, por

meio das territorialidades entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, normalmente, estão centradas em relações de confiança entre produtores e consumidores (SAQUET, 2017, p. 180). Elas revelam uma estreita ligação entre comida e território, produtor e consumidor, com a variação dos produtos e das relações pessoais (SAQUET, 2017, p. 181).

Nessa perspectiva, Saquet (2017) também identifica um posicionamento outro das cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Segundo o autor ocorre um confronto entre as redes alternativas de produtores, processadores, distribuidores, consumidores e outros atores com as redes convencionais da produção industrial em larga escala. Os significados das primeiras, predominantemente, ecológicos, qualitativos, locais, curtos, políticos e culturais e produzem um *campo de poder* efetivado por meio de uma apropriação territorial temporária (SAQUET, 2017, p. 196).

Dessa maneira, para Saquet (2017) há nas feiras territorialidades e territórios em redes produzidos pelas relações desenvolvidas entre os consumidores e produtores. Em estudos sobre feiras com a presença de produtores agroecológicos no oeste do Paraná, o autor identifica relações de cooperação e solidariedade, de unidade e complementaridade, sociabilidade e espaços de cidadania, pois facilitam os contatos, os intercâmbios e a identificação dos produtores com os consumidores e vice-versa. Ele afirma que:

[...] são espaços de diálogos e organização política, de aprendizagem e comercialização, no entanto, também são territórios e lugares de luta e resistência política, cultural e ambiental, reproduzindo-se, muito além das relações mercantis, vivências e ações solidárias, em meio a reprodução das intrínsecas contradições e conflitualidades sociais ali territorializadas efemeramente (SAQUET, 2017, p. 197).

Tendo em vista os elementos trazidos ao longo desse capítulo, as feiras apresentam diferentes denominações de acordo com suas especificidades e características. De igual forma, os autores citados nas discussões colocam as feiras como espaço de comercialização de alimentos em áreas urbanas, aproximando produtor e consumidor ou eliminando o grande número de atravessadores presentes na cadeia agroalimentar da lógica mercantil.

Na esteira dessas ideias, as feiras também são uma alternativa diante da oferta, acesso e consumo alimentar, principalmente, de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Isso ocorre justamente pela proximidade que passa a existir entre quem

produz e quem consome, porque o alimento não opera enquanto mercadoria e seu valor está atribuído, principalmente, a qualidade nutricional. Dessa forma, os alimentos atuam como uma ponte de partilha de valores ecológicos, ambientais e sociais entre produtores e consumidores.

#### **4 TERRITÓRIOS DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PORTO ALEGRE A PARTIR DAS FEIRAS DO PRODUTOR**

Neste capítulo são trazidos os resultados obtidos com a pesquisa apoiados nos objetivos propostos e no percurso metodológico desenvolvido. Ele está dividido em três subcapítulos: no primeiro, as feiras do produtor na cidade de Porto Alegre são apresentadas e caracterizadas a partir da sua espacialidade e especificidades; no segundo, os dados de renda média e população a nível de bairro para o Censo Demográfico 2010 são espacializados e discutidos; por fim, no terceiro, são interseccionadas as espacialidades das feiras do produtor com os indicadores de renda média e população a fim de visualizar e analisar a produção de territórios de (In)Segurança Alimentar e Nutricional.

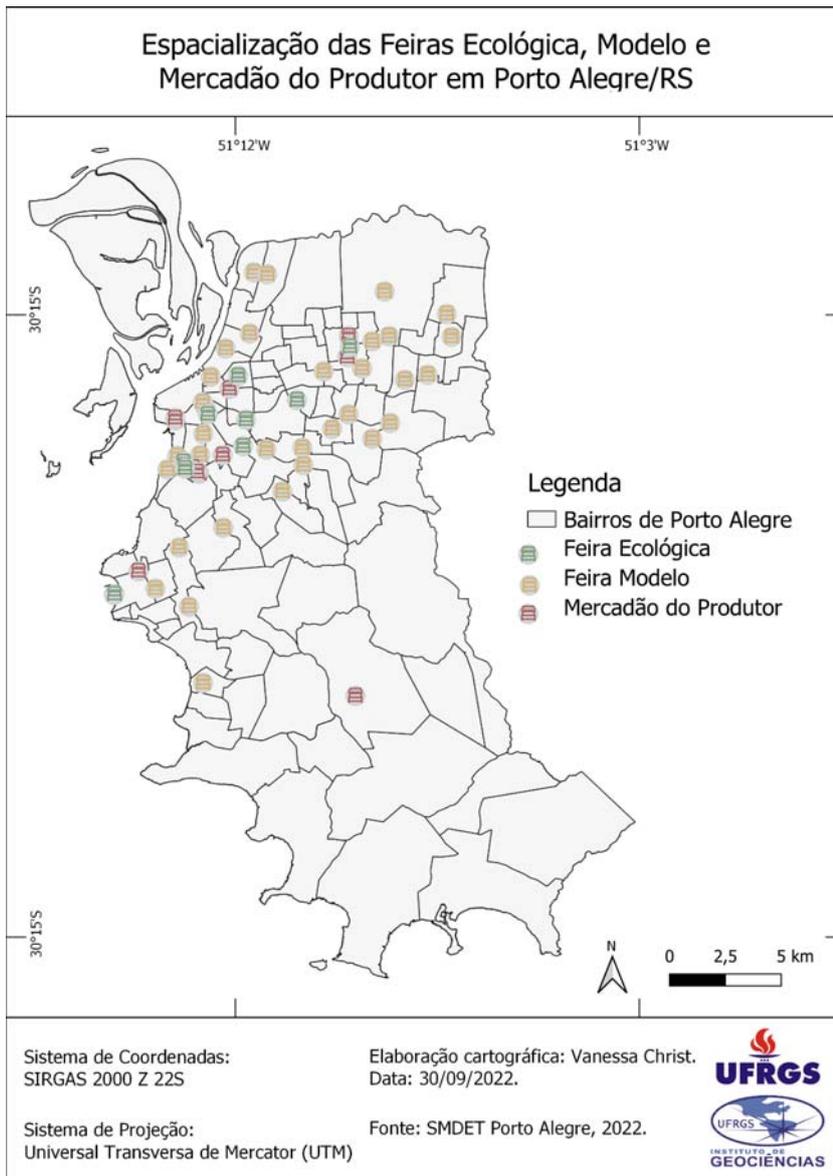
##### **4.1 AS FEIRAS DO PRODUTOR NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Na cidade de Porto Alegre foram identificadas 53 feiras do produtor, divididas em diferentes dias da semana, horários de funcionamento, bairros e comercializando alimentos de origem distintas. Desse total são 9 Feiras Ecológicas (FE)<sup>4</sup>, 35 Feiras Modelo (FM) e 8 Mercadão do Produtor (MP) que ocorrem de terça-feira a domingo. A seguir na Figura 2 estão espacializadas as feiras do produtor.

---

<sup>4</sup> Grifo próprio criado para se referir aos três tipos de feira ao longo do trabalho. As Feiras Ecológicas atendem a sigla FE, as Feiras Modelo a FM e as Feiras Mercadão do Produtor a MP.

**Figura 2. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS: Feira Ecológica, Feira Modelo e Mercado do Produtor**



Fonte: SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

A partir da Figura 2 é possível verificar uma concentração espacial das feiras na cidade de Porto Alegre, de modo que a maior parte dos bairros do município não apresentam a presença de feiras do produtor. O Quadro 3 abaixo apresenta o nome da feira, o bairro em que está localizada e seu respectivo tipo.

**Quadro 3. Feiras do produtor em Porto Alegre/RS: Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor**

Nome	Bairro	Tipo
Menino Deus	Menino Deus	Feira Ecológica (FE)
Petrópolis	Petrópolis	
Park Lindoia	São Sebastião	
Menino Deus	Menino Deus	
Rômulo Telles	Petrópolis	
Três Figueiras	Três Figueira	
Tristeza	Tristeza	
Bom Fim	Farroupilha	
Auxiliadora	Auxiliadora	
General João Telles	Bom Fim	
Eatur	Cidade Baixa	
Praça Florida	Floresta	
Guido Mondim	São Geraldo	
São Pedro	Santa Maria Goretti	
Camaquã	Camaquã	
Terminal Alameda	Vila João Pessoa	
Teresópolis	Teresópolis	
Tristeza	Tristeza	
Sertório	Sarandi	
Parque Dos Maias	Rubem Berta	
Jardim Itú	Jardim Itú	
Morro Santana	Morro Santana	
Bom Jesus	Bom Jesus	
Humaitá	Humaitá	
Jardim Ypu	Morro Santana	
Menino Deus	Menino Deus	
Barão Do Triunfo	Azenha	
Sarandi	Sarandi	
Jardim Leopoldina	Jardim Dona Leopoldina	
Jardim Itú	Jardim Sabará	
Jardim Botânico	Jardim Botânico	
Marinha Do Brasil	Praia de Belas	
Jardim Do Saldo	Jardim do Salso	
Vila Nova	Vila Nova	
Passo Da Mangueira	Sarandi	
Partenon Puc-RS	Partenon	
Juca Batista	Espírito Santo	
Vila Ipiranga	Vila Ipiranga	

Bom Fim	Bom Fim	Feira Modelo (FM)
Ceará	São João	
Santa Rosa	Rubem Berta	
Praça Piratini	Santana	
Humaitá	Humaitá	
Nonoai	Nonoai	
Bento Gonçalves	Santo Antônio	Mercadão do Produtor (MP)
Medianeira	Medianeira	
Jardim Lindóia	Jardim Lindóia	
Moinhos De Vento	Moinhos de Vento	
Restinga	Restinga	
Cidade Baixa	Cidade Baixa	
Medianeira	Medianeira	
Cel. Massot	Cristal	
Assis Brasil	Vila Ipiranga	

Fonte: SMDET Porto Alegre, 2022. Organização da autora, 2022.

Dessa forma, a partir dos registros do Quadro 3 é possível verificar que 38 bairros possuem algum tipo de feira e, desse total, há bairros com a presença de mais de um tipo de feira e/ou com mais de uma feira do mesmo tipo. Outra perspectiva, mostra que o nome da feira faz referência ao bairro de localização, como, por exemplo, a FE Menino Deus, a FM Camaquã e o MP Medianeira nos bairros de mesmo nome. Contudo isso não se aplica a todos os casos, pois há feiras com nomeações a outros elementos do bairro (rua, avenida, praça, shopping, entre outros), como, por exemplo a FE Park Lindóia no bairro Jardim Lindóia, a FM Praça Florida no bairro Floresta e o MP Cel. Massot no bairro Cristal; ou até mesmo que fazem referência a outro bairro, como, por exemplo, a FE Bom Fim no bairro Farroupilha e a FM Jardim Itú no bairro Jardim Sabará.

Essa relação entre o nome das feiras e sua localização é interessante para analisar que, apesar da localização, as feiras não pertencem somente a um bairro. Como em ambos os exemplos anteriores, da FE Bom Fim no bairro Farroupilha e da FM Jardim Itú no bairro Jardim Sabará, as feiras estão localizadas próximas aos limites entre os bairros. Sendo assim, o nome da feira do produtor não está diretamente relacionado à localização.

Dando continuidade às nuances espaciais das feiras cabe observar o dia da semana e o horário de funcionamento. O Gráfico 1 ilustra a distribuição das feiras nos dias da semana. Sobre o horário de funcionamento, as feiras operam entre às 7 horas e às 20 horas e 30 minutos, permanecendo abertas em um turno do dia (manhã ou tarde) com duração em torno de 6 horas.

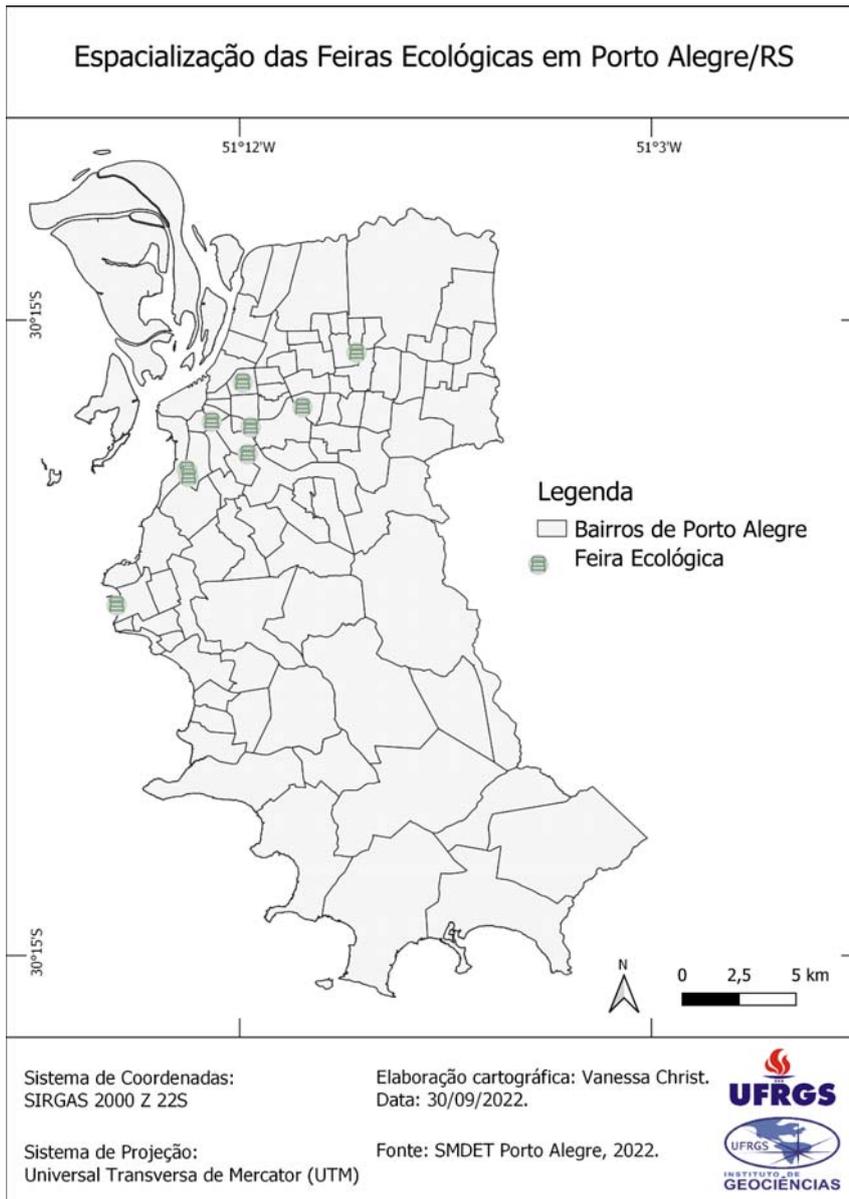
**Gráfico 1. Número de feiras em cada dia da semana em Porto Alegre**

Fonte: SMDET Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

Nos parágrafos seguintes serão abordadas individualmente as Feira Ecológica, Feira Modelo e Mercadão do Produtor. Para além do tipo, da localização, do dia da semana e horário de funcionamento da feira, a identificação dos grupos alimentares e a rede de comercialização em cada uma das três feiras indicam distinções entre elas, as quais são retomadas no terceiro subcapítulo desta seção.

As Feiras Ecológicas recebem esse nome porque nelas são comercializados alimentos orgânicos e de base agroecológica. Os produtos são, em grande medida, oriundos diretamente de produtores do Estado, assim, a comercialização nas feiras ocorre entre produtor e consumidor e existe uma maior diversidade dos produtos disponíveis. Conforme mostra o Quadro 3 são 9 Feiras Ecológicas presentes em 8 bairros, sendo eles: Auxiliadora, Farroupilha, Jardim Lindóia, Menino Deus, Petrópolis, Três Figueiras e Tristeza. A Figura 3 elucida a espacialização das Feiras Ecológicas.

**Figura 3. Espacialização das Feiras Ecológicas em Porto Alegre/RS**



Fonte: SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora.

A partir do trabalho de campo realizado na FE Menino Deus identificou-se uma imensa diversidade de alimentos comercializados pelos produtores oriundos de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Além dos alimentos, a feira conta com espaços de comercialização de livros, artesanatos e produtos de higiene pessoal e cosméticos. As fotografias a seguir evidenciam a abundância de alimentos presentes nas Feiras Ecológicas.

**Figura 4. Alimentos processados e artesanais na FE Menino Deus**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

**Figura 5. Alimentos *in natura* na FE Menino Deus**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

**Figura 6. Alimentos *in natura* e artesanais na FE Menino Deus**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

**Figura 7. Alimentos *in natura*, processados, de higiene pessoal e cosméticos na FE Menino Deus**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Ao total foram identificados 31 espaços de comercialização de produtos. Desse total, em 28 espaços são comercializados alimentos e em 3 o consumidor encontra um espaço com venda de livros, um de artesanato e outro com produtos de higiene pessoal e cosméticos. Os espaços ou bancas possuíam em sua maioria de 1 a 2 pessoas, com presença até de 3 para atender os consumidores. Através da conversa com os feirantes, identificou-se que em sua maioria eles são produtores dos alimentos que estão comercializando, além de outros comerciantes atuarem como revendedores de produtos artesanais ou minimamente processados. Outro aspecto observado em relação aos feirantes é que eles estão em família ou na presença de algum ajudante.

A partir das imagens torna-se visível a diversidade de alimentos encontrados na FE Menino Deus. Na maioria das bancas, os produtos comercializados são *in natura* ou minimamente processados, tendo destaque as verduras, legumes e frutas. Em conjunto com os produtores e feirantes foram identificadas grande diversidade e variedades de alimentos ofertados na feira. Eles estão organizados no Quadro 4.

**Quadro 4. Alimentos *in natura* comercializados na Feira Ecológica Menino Deus**

Abacate	Bergamota	Espinafre	Pata de vaca
Abacaxi/Ananás	Berinjela	Fava em grão	Pepino
Abóbora	Beterraba	Figo	Pêssego
Abobrinha	Boldo	Funcho	Pimenta
Acelga	Brócolis	Gengibre	Pimenta-do-reino
Acerola	Cana-de-açúcar	Goiaba	Pimentão
Agrião	Caqui	Hortelã	Pinhão

Aipim	Cará	Inhame	Poejo
Aipo ou Salsão	Carambola	Jiló	Pokan
Alcachofra	Caruru	Laranja	Quiabo
Alecrim	Cebola	Limão	Rabanete
Alface	Cebolinha	Losna	Repolho
Alho	Cenoura	Louro	Romã
Alho-poró	Chicória	Mangerona	Rúcula
Almeirão	Chuchu	Manjerição	Salsa
Amendoim	Coentro	Maracujá	Sálvia
Amora	Couve-chinesa	Melancia	Tangerina
Araçá	Couve-flor	Melão	Tomate- estaqueado
Arruda	Couve-manteiga	Milho verde	Tomate-rasteiro
Aspargo	Couve-mizuno	Morango	Uva
Babosa	Erva-cidreira	Mostarda	Vagem
Banana	Ervilha	Nabo	
Batata-doce	Ervilha em grão	Ora-pro-nobis	
Beldroega			

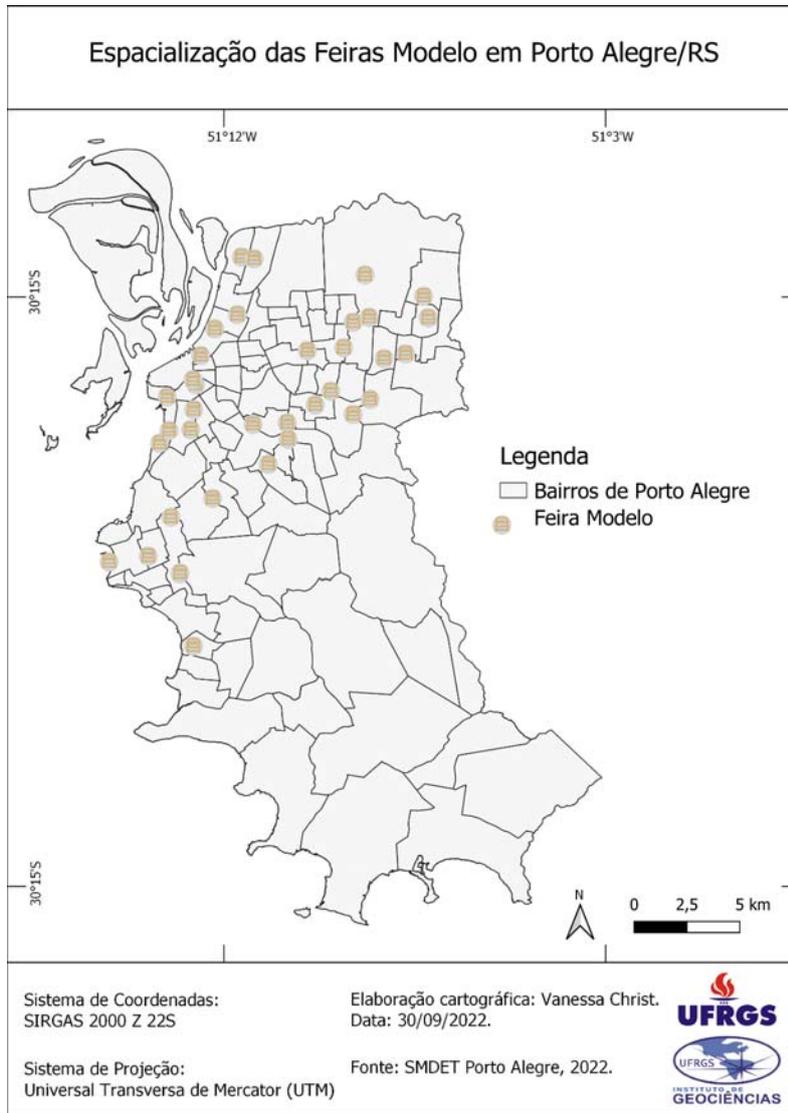
Fonte: Organização da autora, 2022.

As Feiras Modelo se diferem das Feiras Ecológicas. Nesse tipo de feiras são comercializados produtos diretamente do produtor e oriundos da Central Estadual de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS). Elas foram criadas em 1992 e atualmente apresentam 102 feirantes cadastrados, dos quais a Prefeitura de Porto Alegre estima que 20 são produtores e os demais são revendedores. Além disso, elas são menores em quantidade de espaços se comparadas ao Mercado do Produtor e em maior quantidade de ocorrência se comparadas aos outros tipos de feira.

Conforme mostra o Quadro 3 são 35 Feiras Modelo presentes em 27 bairros, sendo eles: Azenha, Bom Fim, Bom Jesus, Camaquã, Espírito Santo, Humaitá, Jardim Botânico, Jardim do Salso, Jardim Dona Leopoldina, Jardim Itú, Jardim Sabará, Menino Deus, Morro Santana, Nonoai, Partenon, Praia de Belas, Rubem Berta, Santa Maria Goretti, Santana, São Geraldo, São João, Sarandi, Teresópolis, Tristeza, Vila

Ipiranga, Vila João Pessoa e Vila Nova. Abaixo, a Figura 8 mostra a espacialização das Feiras Modelo.

**Figura 8. Espacialização das Feiras Modelo em Porto Alegre/RS**



Fonte: SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

As Feiras Modelo, e o Mercado do Produtor, são reguladas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e os espaços da feira são divididos em ramos definidos pelo órgão. Através do trabalho de campo realizado na FM BOM FIM verificou-se uma grande variedade de alimentos comercializados, além da presença de espaços de venda de plantas e artesanatos. A seguir, as fotografias ilustram os produtos comercializados nas Feiras Modelo, com destaque para a presença de alimentos *in natura*.

**Figura 9. Alimentos *in natura* comercializados na FM Bom Fim**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

**Figura 10. Alimentos *in natura* e artesanais comercializados na FM Bom Fim**



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

**Figura 11. Alimentos *in natura* e processados comercializados na FM Bom Fim**

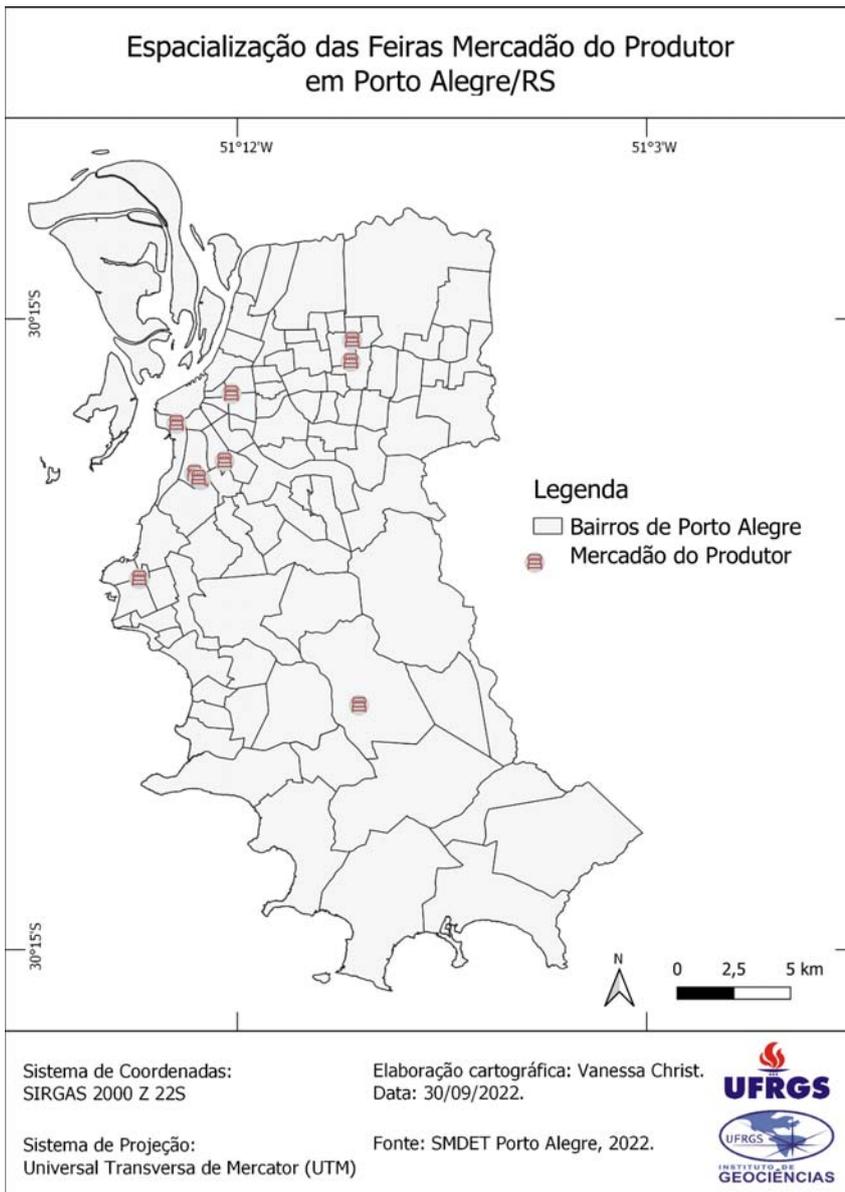


Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As feiras Mercado do Produtor se assemelham as Feiras Modelo, uma vez que nesse tipo os produtos comercializados são majoritariamente revendidos da

CEASA/RS e outros são diretamente com o produtor. Elas foram criadas em 1982 e atualmente apresentam 105 feirantes cadastrados, dos quais estima-se que aproximadamente 20 são produtores e os demais são revendedores. Ademais, elas são maiores em quantidade de espaços se comparadas às Feiras Ecológicas e Modelo e em menor quantidade de ocorrência se comparadas às FM. Conforme mostra o Quadro 3 são 09 feiras Mercado do Produtor presentes em 08 bairros, sendo eles: Santo Antônio, Cidade Baixa, Cristal, Jardim Lindóia, Medianeira, Moinhos de Vento, Restinga e Vila Ipiranga. Abaixo, a Figura 12 mostra a espacialização das feiras Mercado do Produtor.

**Figura 12. Especialização das Feiras Mercado do Produtor em Porto Alegre/RS**



Fonte: SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

A regulamentação das Feiras Modelo e Mercado do Produtor realizada pela SMDET divide os espaços da feira através de ramos de venda, documentados e especificados pelo Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Por meio desse controle e regulação são definidas quantas bancas podem atender a cada ramo específico. No Quadro 5 estão organizados os ramos, o número máximo de bancas para o respectivo ramo, a especificação do CNAE e os tipos de produtos comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor.

Quadro 5. Especificações dos produtos comercializados nas Feiras Modelo e Mercadão do Produtor

Ramo	Nº de bancas	Código CNAE	Especificação	Produtos comercializados
1	até 6	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.	Aipim, bergamota, caqui mel, laranja, lima, limão, melancia, milho verde e uva comum.
2	até 3	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.	Bananas.
3	até 6	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.	Abacate, abacaxi, ameixa, nectarina e nêspera, caqui, goiaba, maçã nacional e importada, melancia, mamão e melão manga, maracujá, morango, pera, pêssego, pinhão, noz pecan (com casca), uvas finas e frutas exóticas.
4	até 6	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.	Abóbora, moranga, alho, alho-porró, aipim e batata-doce, berinjela, beterraba (caixa), cenoura (caixa), chuchu e moranga, ervilha fresca, limão taiti, pepinos, pimenta e pimentão, tomates e vagem, abobrinhas, milho verde, temperos industrializados, cogumelo/aspargo, batata yacon, jiló, inhame, gengibre, cará, quiabo.
5	até 6	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.	Batata, cebola, ovos, ervilha seca, grão de bico, feijão, soja, arroz, lentilha, canjica, amendoim, milho (em grãos), milho pipoca e alho.
		4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.	
6	até 6	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Acelga, agrião, aipo, alface, alho-porró, alecrim, beterraba (molho), brócolis, cenoura (molho), chicória, couve, couve-chinesa, couve-flor, espinafre, loro, manjerona, mostarda, nabo, rabanete, radite, rúcula, salsão, repolhos, sálvia e tempero verde.

7	até 3	4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.	Panificados industrializados e produtos naturais: pães, massas, biscoitos, mel e derivados, farinhas, cogumelos, brotos, sementes (exceto amendoim), noz pecan sem casca, erva-mate (se não tiver ramo 12), temperos, conservas, vinhos e sucos (se não tiver ramo 12).
		4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda.	
8	até 3	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda.	Panificados, doces e lanches caseiros (pães, massas, biscoitos, doces, bolos, pastéis, crepes, refrigerantes, sucos, cafezinho e compotas), sorvete e picolé industrializado.
		1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados.	
		5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação.	
9	até 3	4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios.	Aves, ovos, frios, embutidos, gado, porco, laticínios, goiabada, doces derivados de leite.
10	até 3	4722-9/01	Comércio varejista de carnes – açougues.	Gado, ovelha, porco, aves, embutidos (somente salsichão) e carvão.
11	até 3	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais.	Flores e folhagens.
12	até 3	4723-7/00	Comércio varejista de bebidas.	Vinhos de garrafão e garrafa, produtos de churrasco (espeto, gamelas, carvão), chapas, panelas de ferro, erva de chimarrão, cuias, bombas, sucos industrializados, refrigerantes de garrafa pet.
13	até 3	4789-0/01	Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos.	Artesanato.
14	até 3	4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação.	Ração e produtos pet (exceto medicamentos).
15	até 3	4722-9/02	Peixaria.	Pescados – somente congelados.

Fonte: SMDET Porto Alegre, 2022. Organização da autora, 2022.

Com base no Quadro 4 é possível verificar que a maior parte dos produtos comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor são de alimentos e, principalmente, alimentos *in natura* ou minimamente processados. Do total de bancas em ambas as feiras são 6 ramos somando 33 bancas que podem vir a comercializar hortifrutigranjeiros. Analisando as especificações dos produtos comercializados identifica-se uma distribuição da comercialização dos alimentos entre os 6 ramos aos quais atendem e, por conseguinte, entre os feirantes.

Ademais, as especificações dos produtos em relação ao comércio varejista de hortifrutigranjeiros mostram uma grande diversidade de alimentos. Ao total são identificados mais de 40 tipos de alimentos entre frutas, legumes e verduras. Tendo em vista os demais ramos e bancas, destacam-se também produtos artesanais ou naturais, conforme especificados, por exemplo, no ramo 7 do Quadro 5, sendo eles: pães, massas, biscoitos, mel e derivados, farinhas, cogumelos, brotos e sementes. No Quadro 6 abaixo estão elencados os alimentos *in natura* comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor.

**Quadro 6. Alimentos *in natura* comercializados nas Feiras Modelo e Mercado do Produtor**

Abacate	Berinjela	Laranja	Nêspera
Abacaxi	Beterraba	Lentilha	Noz pecan
Abobrinha	Brócolis	Lima	Ovos
Abóbora	Canjica	Limão	Pepinos
Acelga	Caqui mel	Limão taiti	Pêra
Agrião	Cará	Loro	Pimentão
Aipim	Cebola	Maçã	Pinhão
Aipo	Cenoura	Mamão	Quiabo
Alecrim	Chicória	Manga	Rabanete
Alface	Chuchu	Manjerona	Radite
Alho	Cogumelo	Maracujá	Repolho
Alho-poró	Couve chinesa	Melancia	Rúcula
Ameixa	Couve-flor	Melão	Salsão
Amendoim	Ervilha	Milho pipoca	Sálvia
Arroz	Espinafre	Milho verde	Soja

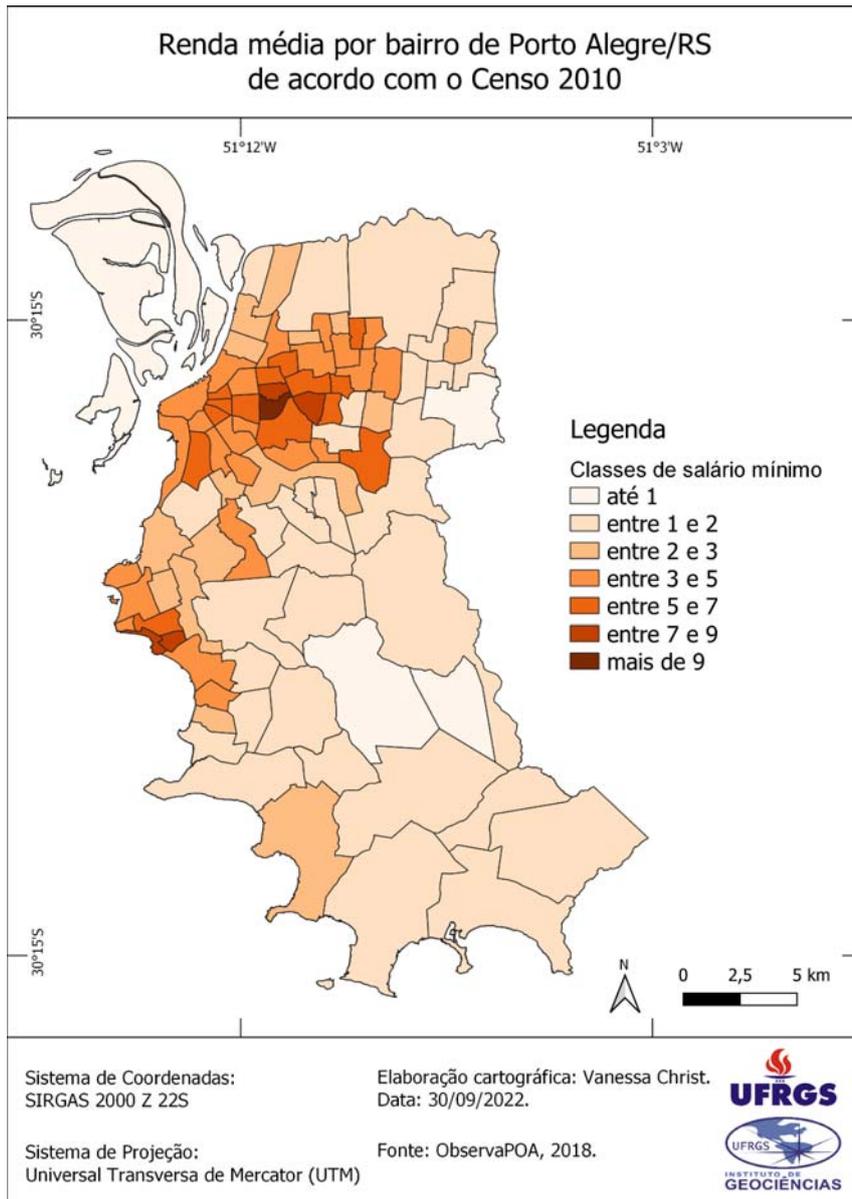
Aspargo	Feijão	Moranga	Tempero verde
Banana	Gengibre	Morango	Tomates
Batata doce	Goiaba	Mostarda	Uva comum
Batata yacon	Grão de bico	Nabo	Uvas finas
Bergamota	Jiló	Nectarina	Vagem

Fonte: SMDet Porto Alegre, 2022. Organização da autora.

#### 4.2 RENDA MÉDIA E POPULAÇÃO PARA OS BAIRROS DE PORTO ALEGRE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010

No município de Porto Alegre em 2010 residiam um total de 1.409.351 habitantes e a renda média dos bairros aproximava-se de R\$ 1.600,00 ou 3 salários-mínimos, que estava definido em R\$ 510,00. Nesse ano, o município era composto de 79 bairros e, atualmente, somam-se 94 bairros. Abaixo, na Figura 13 estão cartografadas a renda média por bairro para o ano de 2010.

**Figura 13. Espacialização da renda média por bairro de Porto Alegre/RS em 2010**



Fonte: ObservaPOA, 2018. Elaboração da autora, 2022.

Através da Figura 13 é possível observar que entre os bairros de Porto Alegre, 32 deles, apresentaram renda média entre 1 e 2 salários-mínimos, o que equivalia em 2010 a R\$ 1.020,00; em 25 bairros a renda média esteve entre 3 e 5 salários mínimos; em 15 bairros entre 2 e 3 salários mínimos; em 14 bairros entre 5 e 7 salários mínimos; em 4 bairros entre 7 e 9 e também em 4 bairros até 1 salário mínimo; e, em apenas 1 bairro a renda média foi acima de 9 salários mínimos. Abaixo, no Quadro 7 estão organizadas as classes de rendimento, seus respectivos valores em reais e o número de bairros para cada uma.

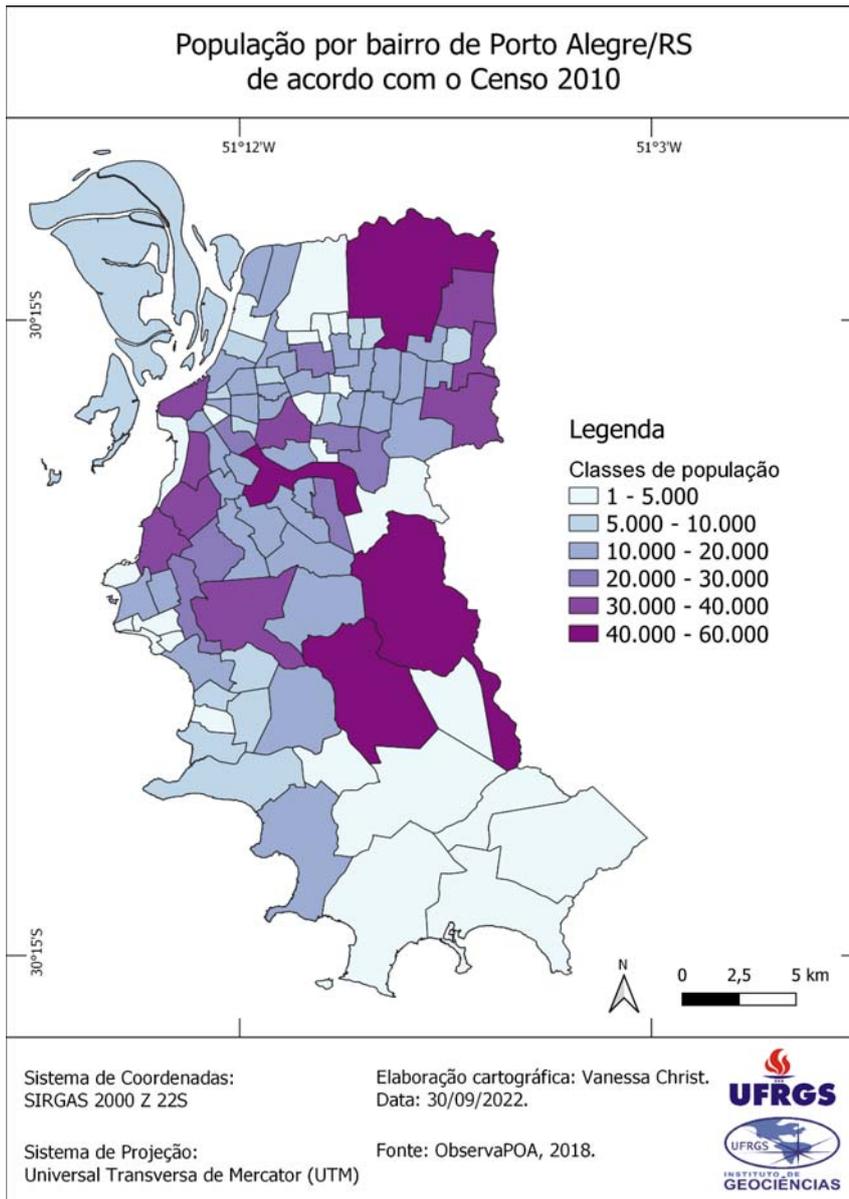
**Quadro 7. Total de bairros por classes de rendimento**

Classes de rendimento	Valor (em R\$)	Nº de bairros
Até 1	Até 510,00	4
Entre 1 e 2	Entre 510,00 e 1.020,00	32
Entre 2 e 3	Entre 1.020,00 e 1.530,00	15
Entre 3 e 5	Entre 1530,00 e 2.550,00	25
Entre 5 e 7	Entre 2.550,00 e 3.570,00	14
Entre 7 e 9	Entre 3.570,00 e 4.590,00	4
Mais de 9	Mais de 4.590,00	1

Fonte: ObservaPOA, 2018. Organização da autora, 2022.

Dessa maneira, a renda média dos bairros de Porto Alegre revela desigualdades e analisando a Figura 13 é visível uma concentração de classes de rendimentos mais altas em uma certa região da cidade. Os bairros próximos ao centro da cidade apresentaram as maiores rendas média, enquanto os bairros em direção à zona sul e nos limites da zona norte apresentaram as classes mais baixas de rendimento. A seguir, a Figura 14 ilustra a distribuição de habitantes por bairro através de classes de população para o ano de 2010.

Figura 14. Espacialização da população por bairro de Porto Alegre/RS em 2010



Fonte: ObservaPOA, 2018. Elaboração da autora, 2022.

Através da Figura 14 é possível observar que a maior parte dos bairros de Porto Alegre, 36 deles, possui entre 10 mil e 20 mil habitantes; em 24 bairros a população aferida foi entre 1 e 5 mil; em 14 bairros entre 5 mil e 10 mil; em 9 bairros entre 30 e 40 mil; em 7 bairros entre 20 e 30 mil e 4 bairros apresentaram entre 40 e 60 mil habitantes. Abaixo, no Quadro 8 estão organizados o número de bairros em ordem crescente para as classes de população.

**Quadro 8. Total de bairros por classes de população**

Classes de população	Nº de bairros
Entre 1 e 5.000	24
Entre 5.000 e 10.000	14
Entre 10.000 e 20.000	36
Entre 20.000 e 30.000	7
Entre 30.000 e 40.000	9
Entre 40.000 e 60.000	4

Fonte: ObservaPOA, 2018. Organização da autora, 2022.

Ao analisar conjuntamente as Figuras 13 e 14 é possível tecer considerações sobre a distribuição de renda média e populacional nos bairros de Porto Alegre. Os bairros que correspondem a maior classe de população, entre 40 e 60 mil habitantes, apresentam renda média entre 1 e 3 salários-mínimos; por outro lado, os bairros com população entre 1 e 5 mil habitantes, a menor classe de população, apresentam na maioria dos casos renda média entre 1 e 2 salários-mínimos e também casos que em que a renda média atende as outras classes de rendimento, variando entre 2 até 9 salários-mínimos.

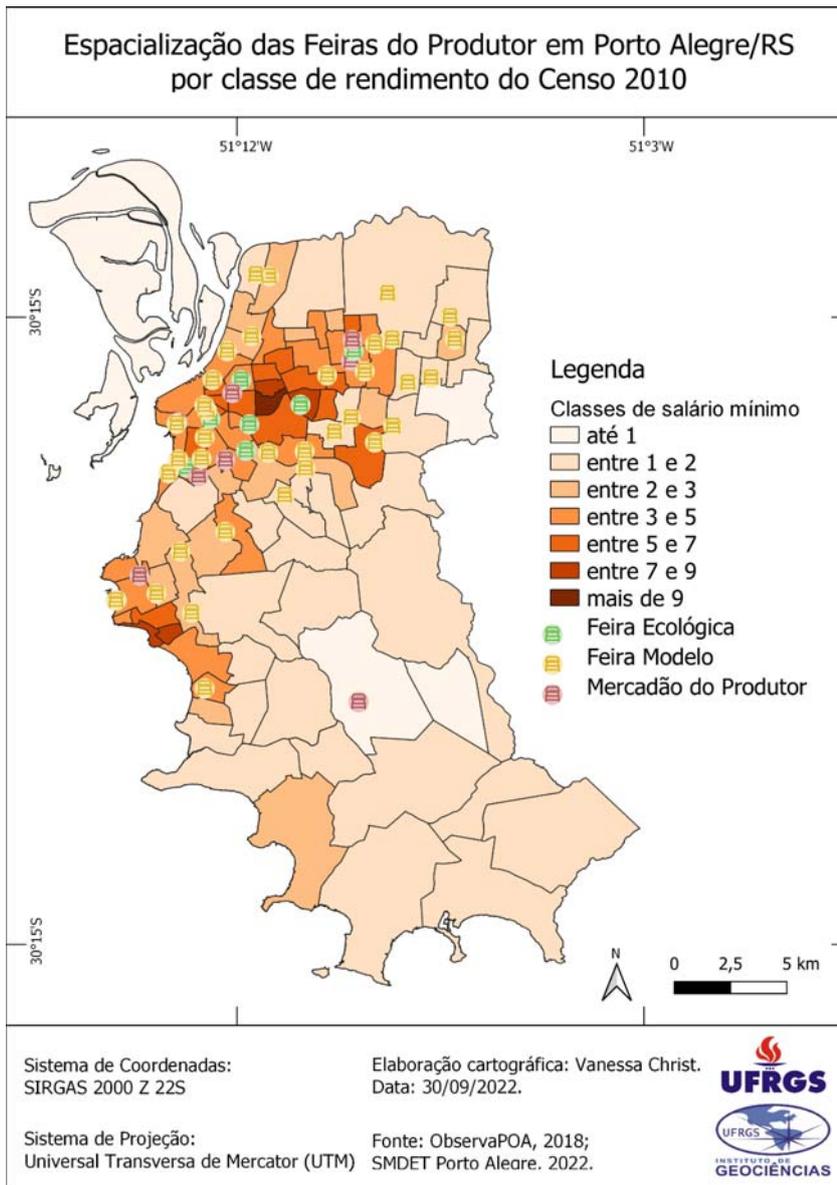
Sendo assim, ao entrelaçar a renda média e a população por bairro é preciso olhar com minúcia para os dados e sua representação espacial. Ademais, ao somar as feiras nas produções cartográficas são três elementos distintos que permitem tecer entendimentos sobre a geograficidade dada. Nesse sentido, no subcapítulo a seguir são elaboradas sínteses entre o objeto de estudo da pesquisa e as classes de rendimento médio e população para os bairros na cidade de Porto Alegre.

#### 4.3 A (RE)PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE

Tendo em vista a descrição e o mapeamento das Feiras do Produtor acrescentados da espacialização da renda média dos bairros em Porto Alegre é factível a produção de reprodução de territórios de Segurança Alimentar e Nutricional. Isso ocorre pelo fato das feiras oferecem a população o acesso a grande variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Dessa forma, as feiras facilitam a oferta de alimentos mais saudáveis, porém não garantem o acesso a população.

Nessa perspectiva, o acesso às feiras se dá por critérios de localização e o acesso aos produtos comercializados nas feiras pela renda. Dessa forma, a Figura 2, que espacializa as Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor, mostra uma concentração desses espaços e a Figura 13 ilustra disparidades de renda com concentração de maiores classes de rendimento em bairros limítrofes ao centro de Porto Alegre. A seguir, a Figura 15 abarca a espacialização da renda média com a localização das Feiras Ecológica, Modelo e Mercado do Produtor.

**Figura 15. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS por classes de rendimentos no Censo 2010**



Fonte: ObservaPOA, 2018; SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

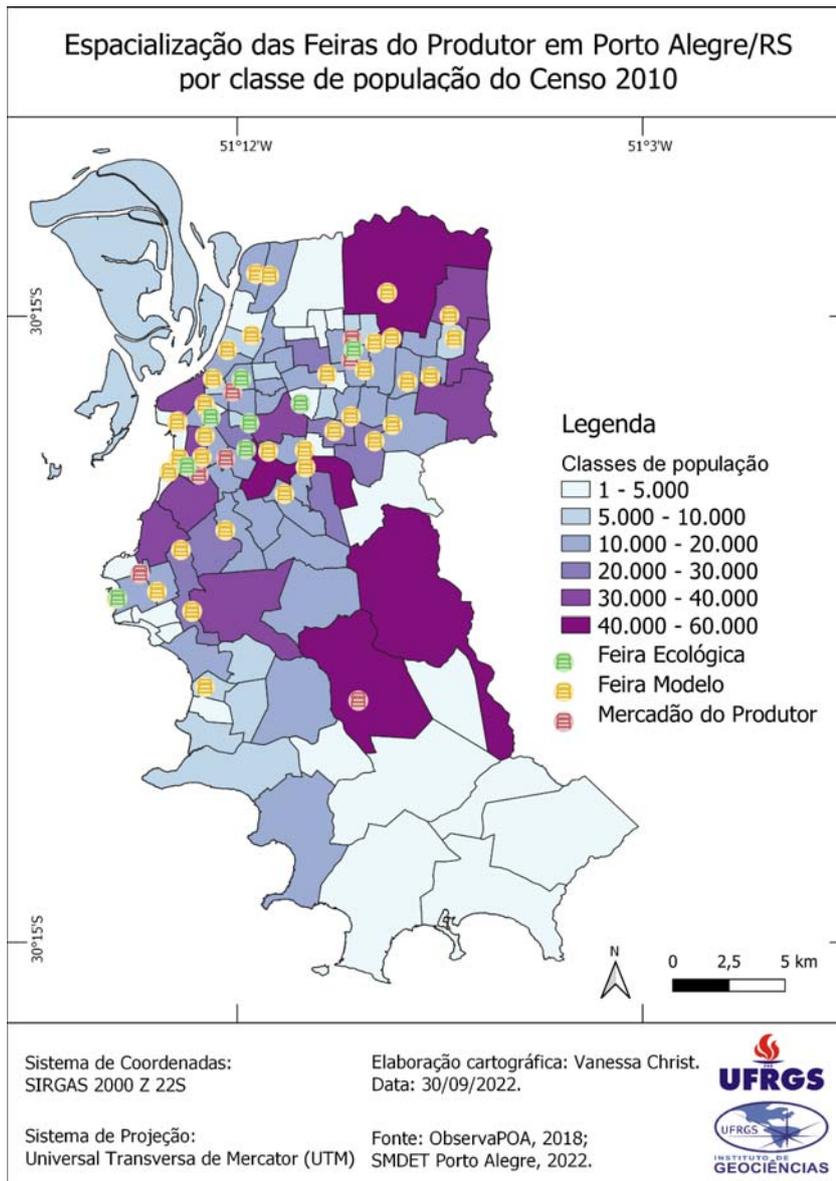
Dessa forma, a análise da Figura 15 indica que a localização das Feiras Ecológicas, Modelo e Mercado do Produtor estão em bairros em que a renda média é mais alta se comparada aos demais bairros. Isso mostra que o acesso às feiras do produtor se limita a parcelas da população. Esse distanciamento é ainda maior no caso das Feiras Ecológicas e Mercado do Produtor, devido ao menor número de ocorrência de feiras. Ainda assim, as Feiras Modelo, apesar de maior número, também se concentram espacialmente.

Nesse contexto, a região ao sudeste do centro de Porto Alegre apresenta um vazio quanto à presença de feiras, ao passo que a renda média desses bairros estava na maioria dos casos entre 1 e 2 salários-mínimos e com dois bairros nos quais a renda média foi de até 1 salário mínimo. Nessa região há a presença de apenas 1 feira Mercado do Produtor.

Por outro lado, os bairros mais próximos ao centro apresentam a presença de até mais de um tipo de feira ou estão localizadas em bairros limítrofes, o que facilita o acesso à oferta dos alimentos comercializados. Outro aspecto notável é que a renda média nesses bairros é superior a 3 salários-mínimos, o que proporciona também o acesso material aos produtos comercializados nas diferentes feiras do produtor.

Essa análise também é válida em relação à população dos bairros. Embora esse indicador não esteja diretamente relacionado à oferta e acesso às feiras, por meio dele é possível visualizar a distribuição das feiras em relação à população. A seguir, a Figura 16 exibe a espacialização das Feiras Ecológicas, Modelo e Mercado do Produtor em classes de população para o Censo 2010 que vem a corroborar a desigualdade na localização de feiras também na ótica populacional.

**Figura 16. Espacialização das feiras do produtor em Porto Alegre/RS por classes de população no Censo 2010**



Fonte: ObservaPOA, 2018; SMDet Porto Alegre, 2022. Elaboração da autora, 2022.

Dessa forma, a análise da Figura 16 indica que as Feiras Ecológicas, Modelo e Mercadão do Produtor estão localizados em bairros menores do ponto de vista da sua área, mas em uma região que apresenta população que varia entre 1 e 40 mil habitantes. Todavia, há dois bairros com população significativa, variando entre 40 e 60 mil, que apresentam nenhuma e, outro, apenas uma feira. Assim sendo, a ausência de feiras em bairros numerosos populacionalmente torna-se um empecilho a um número elevado de pessoas quanto o acesso às feiras.

Outro aspecto a ser discutido sobre as feiras em relação a população reside no fato de que as pessoas podem acessar as feiras em outros bairros. Isso implica no deslocamento da população do seu bairro de residência para realizar o acesso as Feiras do Produtor em bairros limítrofes ou até mesmo distantes.

Outrossim, o dia e horário de funcionamento das feiras do produtor também podem dificultar o acesso pela população. O Gráfico 1, no primeiro subcapítulo dessa sessão, aponta que a maior parte das feiras ocorrem no sábado, 14 ao total, dentre Feiras Ecológica, Modelo e Mercadão do Produtor; 7 no domingo, dentre Feiras Modelo e Mercadão do Produtor; e as demais, 31 no total, dentre Feiras Ecológica, Modelo e Mercadão do Produtor, ocorrem entre terça-feira a sexta-feira.

Essa análise é factível para compreender que a população, na grande maioria, trabalha ao longo da semana em jornadas de 8 horas, o que não inclui o tempo de deslocamento ao local de trabalho. Com mais da metade das feiras do produtor ocorrendo entre terça-feira a sexta-feira em um período de 6 horas, as pessoas ficam restritas a frequentá-las, mesmo que próximas aos locais de trabalho. Dessa maneira, verifica-se que o acesso às feiras e, por conseguinte, aos alimentos comercializados nelas está para condições além de fatores como, por exemplo, a localização e a renda da população.

Nessa perspectiva, a falta de acesso às feiras do produtor pode levar as pessoas a uma menor oferta e consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Essa condição intensifica um cenário de insegurança alimentar e nutricional, na qual a alimentação adequada e saudável é fragilizada. Em contraposto, as pessoas que têm acesso às feiras estão inseridas em contextos de proximidade com a Segurança Alimentar e Nutricional porque têm maior oferta e possibilidade de compra dos alimentos comercializados nas feiras que são, majoritariamente, alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Tendo em vista a discussão realizada ao longo do capítulo, as feiras e a renda são fatores fundamentais na promoção e no auxílio da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional ou da Insegurança Alimentar. Nesse sentido, na cidade de Porto Alegre estão sendo produzidos territórios de SAN, onde as pessoas têm acesso às feiras do produtor e, portanto, a oferta de alimentos mais saudáveis e poder de compra através da renda; e territórios de IA, onde as pessoas estão afastadas de locais de comercialização como as feiras e, assim, da oferta de alimentos de qualidade nutricional, bem como, não dispõem de poder aquisitivo menor e enfrentam empecilhos como o deslocamento para frequentar as feiras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para a compreensão da relação entre feiras do produtor e a Segurança Alimentar e Nutricional e utilizou como pontos de ancoragem as dimensões de renda, oferta e acesso à alimentação adequada e saudável. Tais aspectos estão inter-relacionados e compõe sistemicamente o quadro analítico do DHAA, em conjunto as dimensões da produção de alimentos; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação; programas e ações relacionadas à SAN.

Nesse sentido, a SAN torna-se a instrumentalização da garantia ao DHAA a partir do estabelecimento institucional de diretrizes, objetivos e parâmetros. Para tal, a estrutura organizacional entre as três esferas governamentais, na presença de CONSEAs, CAISANS e Conferências de SAN têm a função de discutir, criar e implementar políticas de SAN que atendam às suas dimensões de forma ampla.

Nessa perspectiva, as feiras do produtor favorecem a SAN através da oferta de alimentos *in natura*. Nelas são comercializados principalmente alimentos frescos que não passaram por processos industriais e, portanto, possuem maior qualidade nutricional. Além disso, os alimentos comercializados são produzidos regionalmente próximos dos locais de venda baseados na agricultora familiar, o que revela práticas que são ambientais, culturais, econômicas e socialmente mais sustentáveis.

Dessa forma, as feiras do produtor estimulam a alimentação adequada e saudável e fomentam relações entre produtores e consumidores. O desenvolvimento desse cenário implica em relações sociais e territoriais, identificadas numa rede que se estende desde a produção até o consumo, atravessando o abastecimento alimentar, a oferta e o acesso aos alimentos.

Dessa maneira, através do objeto de estudo da pesquisa, as feiras, foi possível analisar a produção de territórios de SAN e Insegurança Alimentar. Essa análise partiu da localização das feiras do produtor divididas em três tipologias em Porto Alegre: Feira Ecológica, Feira Modelo e Mercado do Produtor. O mapeamento das feiras revelou uma distribuição desigual e ausente, uma vez que são 53 feiras presentes em 38 bairros para um total de 94 bairros na cidade. Ademais, os dados para cada feira do produtor demonstram similaridades e diferenças.

As Feiras Ecológicas somam 08 ocorrências em 07 bairros e nelas os produtores comercializam alimentos de base ecológica, ou seja, orgânicos. Além

disso, elas apresentam grande variedade de alimentos *in natura* produzidos e comercializados e a relação é direta entre produtor-consumidor. Nelas também foi identificada a presença de produtos artesanais como pães, bolos e pizzas, além de artesanatos, produtos de higiene, cosméticos e espaço para venda de livros.

Já as Feiras Modelo e Mercado do Produtor distinguem-se das Feiras Ecológicas ao apresentarem características em comum em relação a produção e comercialização. Nelas os alimentos comercializados são em maioria oriundos da CEASA e de base convencional, mas há exceções; pequena parte dos feirantes são produtores, o que os caracteriza como revendedores. As primeiras são as mais expressivas, com 35 ocorrências presentes em 27 bairros e a segunda soma 09 ocorrências em 08 bairros.

Além da localização, o dia da semana e horário de funcionamento se tornaram campo de análise. Foi verificado que as feiras têm duração de seis horas e ocorrem no sábado, na maioria das vezes, o que facilita o acesso pela população por não necessariamente ser um dia de trabalho. No entanto, o número de feiras durante a semana é superior, o que dificulta o acesso ao se considerar uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Dessa forma, o acesso às feiras é duplamente enfraquecido: pela localização e pelo horário de funcionamento.

Outro fator determinante é a renda. A análise do indicador de renda mensal média para os bairros permitiu a identificação e o mapeamento de classes de salários em Porto Alegre. Através do mapa gerado foi possível visualizar determinada regionalização da renda média mensal, com maiores classes de rendimento na região central e menores classes de rendimento em direção ao sul da cidade, tendo a maior parte dos bairros um rendimento mensal entre 1 e 2 salários-mínimos.

Com a sobreposição entre o dado de renda e localização das feiras do produtor foi possível observar que as feiras estão, em grande parte, contidas e mais próximas a bairros com classes de rendimento variando entre médias e altas. Por outro lado, os bairros com renda média mensal baixa não apresentam ou é limitada a presença de feiras do produtor. Em relação aos tipos de feira do produtor, as FE estão presentes em bairros nos quais a renda média mensal é elevada e, portanto, garantem a oferta de alimentos orgânicos a uma determinada parcela da população. Já as FM e MP estão presentes em bairros com rendas médias mais baixas.

Soma-se ao indicador de renda, a população residente de cada bairro. Por meio da identificação e mapeamento de classes de população para cada bairro de Porto

Alegre foi possível constatar que dois dos bairros com maior concentração de pessoas apresenta apenas uma feira MP e nele renda mensal média era de até um salário mínimo, enquanto outros bairros com menores índices populacionais possuem feiras ou há presença delas em bairros limítrofes.

Tendo em vista a pesquisa realizada é possível concluir que a produção de territórios de Segurança Alimentar e Nutricional é estimulada em locais onde as pessoas têm acesso a oferta de alimentos mais saudáveis, assegurando uma alimentação adequada. Por outro lado, os territórios de Insegurança Alimentar e Nutricional são produzidos em locais nos quais a população não tem acesso a oferta e a aquisição de alimentos de maior qualidade nutricional.

Nessa conjuntura, as feiras do produtor tornam-se espaços relevantes de comercialização de alimentos *in natura*, seja de base ecológica ou convencional, ancorados na agricultura familiar e fomentando redes alternativas de comercialização. Soma-se ao acesso da oferta de alimentos a partir das feiras do produtor, a dimensão do acesso material através da renda. Dessa maneira, a presença de feiras assegura o acesso simbólico a alimentos *in natura* e não garante a alimentação adequada e saudável se a população não dispõe de poder aquisitivo para efetuar a compra de alimentos em feiras do produtor.

Nessa perspectiva, o poder de optar por consumir alimentos *in natura* a partir das feiras do produtor está, claramente, limitado pela localização e pela renda. Sendo assim, uma política comprometida com a SAN precisa ser sistêmica e passa pela criação de acesso a oferta de alimentos mais saudáveis, através de feiras do produtor em bairros em que estão ausentes; pela distribuição de renda mais equitativa que possibilite a compra e pela manutenção da oferta de alimentos *in natura*, estimulando a produção da agricultura familiar e das redes alternativas de comercialização.

Nessa concepção emergem cenários geográficos em que políticas públicas, dotadas de caráter espacial, se comprometam com a (re)produção de espaços equitativos através da criação e fortalecimento de políticas voltadas as dimensões da SAN. Dessa forma, a criação de mais espaços como as feiras de produtores são um elemento fundamental para a promover a SAN e assegurar a garantia ao DHAA porque integram um arranjo socioespacial que combina a produção de alimentos e viabilidade da oferta a população ao passo que fortalece elos entre os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3\\_feiras\\_feirantes/ESA26-3\\_feiras\\_feirantes\\_PDF](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes/ESA26-3_feiras_feirantes_PDF). Acesso em: 03 set. 2022.

Bairros novos têm cálculo de habitantes concluído. **ObservaPOA**, 2018. Disponível em: [http://www.observapoa.com.br/default.php?reg=536&p\\_secao=17](http://www.observapoa.com.br/default.php?reg=536&p_secao=17). Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 1, seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7272 de 26 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de SAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 6. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/Plano\\_Caisan.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2ª Edição. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira\\_2014.pdf/view](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira_2014.pdf/view). Acesso em: 10 set. 2022.

BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flávio; RECINE, Elisabetta; LEÃO, Marília; CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: [https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa\\_no\\_contexto\\_da\\_san.pdf](https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf). Acesso em: 22 ago. 2022.

CARVALHO, Soraia Martins. **A FEIRA ORGÂNICA: UM OLHAR SOBRE O ACESSO NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação e Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição do Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2017. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51525/R%20-%20D%20-%20SORAIA%20MARTINS%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CASSOL, Abel. Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. (Org.). **Vamos às feiras**: cultura e ressignificação dos circuitos curtos. 1ed. Aracaju/SE: Criação Editora, 2021, v. 1, p. 97-130. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/feirassite.pdf>. Acesso em 04 set. 2022.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

Conferência Popular por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2022. **Conferência Popular em Movimento**: por DEMOCRACIA, DIREITOS, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2020-2021. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/RelatFinalCPSSANrevisado.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

COSTA, Christiane; MALUF, Renato Sergio. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. In: COSTA, Christiane; MALUF, Renato Sergio (Orgs.). **Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo, Pólis, 2001. 60 p.

CRUZ, Maria Sirlene da; SCHNEIDER, Sergio. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 93–113, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.769. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/769>. Acesso em: 10 set. 2022.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**Feiras Ecológicas, Modelo e Mercado do Produtor**. Prefeitura de Porto Alegre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDet, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/feiras-ecologicas-modelo-e-mercado-do-produtor>. Acesso em 15 ago. 2022.

GEPAD UFRGS. O potencial dos mercados de tipo feiras para o abastecimento alimentar brasileiro. YouTube, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9rDy8OLXzc&t=4796s>. Acesso em 05 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema de comercialização. 2005. 313 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

GOODMAN, David. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 59-82.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Segurança Alimentar Ano: 2013**. Disponível em: 25 set. 2022.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as Feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **Geo UERJ**, [S.l.], n. 2, p. 29-42, fev. 2016. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/21760>. Acesso em: 20 set. 2022.

MALUF, Renato Sergio. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo, Polis Papers: Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n.5, 1999.

**Mapas digitais**. Prefeitura de Porto Alegre Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/planejamento-urbano/mapas-digitais>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional. 2022.

**Apresentação**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obssan/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional. 2022. **Adesão ao SISAN**. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/obssan/obssan/grid\\_municipios\\_sisan\\_view/](https://www.ufrgs.br/obssan/obssan/grid_municipios_sisan_view/). Acesso em: 15 set. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 11.914, DE 20 DE MAIO DE 2003. Cria o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul - CONSEA/RS - e dá outras providências. **Gabinete de Consultoria Legislativa**, 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.914.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. DECRETO Nº 52.110, 1º DE DEZEMBRO DE 2014. Cria, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. **Gabinete**

**de Consultoria Legislativa**, 2014. Disponível em:  
[http://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=61670&hTexto=&Hid\\_IDNorma=61670](http://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=61670&hTexto=&Hid_IDNorma=61670). Acesso em: 22 ago. 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 280p.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 9-24.

SCHNEIDER, Sergio; CRUZ, Fabiana Tomé da; MATTE, Alessandra. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e o meio rural. In: CRUZ, Fernanda Tomé da; SCHNEIDER, Sergio; MATTE, Alessandra. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.